

Diversidade de saberes



FLAVIO DUTRA/JU

Diálogo intercultural Desde que a Universidade adotou cotas sociais e raciais para o ingresso de estudantes, tem-se visto uma transformação no perfil do corpo discente. Para que a diversidade seja efetiva, porém, é

preciso um processo em que lugares e posições de poder dentro da hierarquia do conhecimento sejam desconstruídos e refeitos. É nesse sentido que, desde o segundo semestre do ano passado, a UFRGS tem oferecido a dis-

ciplina Encontro de Saberes. Na atividade, mestres de comunidades populares, como Maria Elaine Espíndola (foto), trazem sua sabedoria ao ambiente acadêmico.

CadernoJU

ENTREVISTA

Educação e democracia

O pesquisador português Licínio Lima acredita que um modelo de escola genuinamente democrático deve incluir instâncias e processos de fato participativos em seu cotidiano. É dessa maneira que a instituição escolar estaria preparando jovens que, no futuro, saberiam como se inserir na sociedade para a qual estão sendo preparados. **P8**

INTERNACIONAL

Assentamentos na Palestina

A disputa territorial entre israelenses e palestinos é um problema que tem fundo histórico marcado por questões culturais e religiosas. Essa realidade, que ganha destaque por conta de interferências externas, tem repercussões para civis que lá habitam e cuja maior preocupação está não só na política, mas também em um cotidiano pautado pela violência. **P10**



FLAVIO DUTRA/JU

A situação dos diversos meios de transporte que estudantes usam para chegar à Universidade

P6

PORTAS ABERTAS

Universidade mostra oportunidades a estudantes de ensino médio

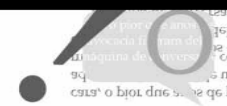
P7

Educamed

Alunos de Medicina oferecem pré-vestibular a estudantes em vulnerabilidade social **P4**

Intolerância à lactose

Nova lei pretende oferecer mais informação a pessoas com restrição alimentar **P11**



Espaço da Reitoria

Nicolas Bruno Maillard
Secretário de Relações Internacionais

Internacionalização de fato

A UFRGS sempre foi marcada por fortes colaborações internacionais: unidades e programas de pós-graduação foram criados por meio de parcerias alemãs, francesas ou norte-americanas; contamos há décadas com alunos e docentes de diversas origens; nossos pesquisadores publicam e colaboram com o mundo inteiro. Estes últimos anos, no entanto, têm visto uma ampliação e um aprofundamento de nossas relações internacionais. Para citar alguns resultados recentes, podemos destacar a criação de um Instituto Confúcio em 2012 – são apenas nove no Brasil –; a instalação de um laboratório CNRS-França/UFRGS em Computação; a vinda, pela primeira vez na Universidade, de um presidente estrangeiro em exercício, o uruguaio Pepe Mujica, em 2014; o estabelecimento do primeiro acordo de Dupla Diplomação, em Engenharia, entre duas universidades latino-americanas em 2016; a abertura,

em 2017, do primeiro Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) do hemisfério Sul na UFRGS e na PUCRS; a realização de capacitações no estrangeiro por servidores técnico-administrativos; e, obviamente, o envio ao exterior de 2.400 alunos em mobilidade pelo programa Ciência sem Fronteiras de 2012 a 2016.

O ponto comum entre todas essas ações é sua originalidade no contexto brasileiro. Somadas, elas fazem com que nossa universidade se torne uma referência mundial, reconhecida e procurada pelos parceiros estrangeiros. Foi o que se notou na recente conferência sobre educação internacional, FAUBAI, sediada em Porto Alegre, em abril passado.

Os casos do CDEA e do Instituto Confúcio mostram também uma vontade explícita por parte de parceiros estrangeiros de apostar e confiar na excelência da UFRGS, isso em um momento nacional muito complexo. É

quando nossa sociedade mais duvida de si mesma que esses nossos pares externos nos lembram da capacidade que a universidade federal tem de produzir mais e melhor conhecimento e de formar as futuras gerações.

Por fim, a característica dessas novas relações internacionais é que elas passam da mera experiência individual para se integrar à estrutura da Universidade: a mobilidade estudantil é importante, mas o acordo de dupla diplomação que dela resulta possibilita uma reflexão sobre o currículo que beneficia a todos os alunos e docentes, inclusive os que não viajam. Um artigo publicado em co-autoria é essencial, mas um laboratório conjunto possibilita a permanência da parceria cujo alcance vai muito além dos pesquisadores que a fizeram nascer. Passamos, então, das relações internacionais na UFRGS a uma efetiva internacionalização de nossa universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Everton Cardoso

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

Diagramação Vera Lúcia Giliese

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias

UFRGS portas abertas **20 de Maio**
Em todos os câmpus da UFRGS

www.ufrgs.br/portasabertas /ufrgsportasabertas

Artigo

Ecossistema de inovação e empreendedorismo

Parques Científicos e Tecnológicos são organizações que normalmente surgem ligadas a instituições de ensino superior – públicas ou privadas – com o objetivo de incentivar e promover relações da Universidade com a indústria. Esse processo geralmente se dá por meio do empreendedorismo e da transferência de tecnologia. Os parques, dessa forma, são iniciativas que, além de disponibilizar espaços para a instalação de empresas e centros de pesquisa, buscam estreitar relações com essas instituições a fim de gerar projetos que utilizem conhecimento, ciência e tecnologia para levar ao desenvolvimento econômico.

Em 2011, a UFRGS se inseriu nesse movimento global que teve suas primeiras experiências na Universidade de Stanford e que culminou com a criação do Vale do Silício. Desde então, o Zenit – Parque Científico e Tecnológico da UFRGS buscou organizar sua estrutura fundamentada no incentivo ao empreendedorismo a partir de parcerias internas e externas à instituição.

Apesar de hoje ser responsável pela Rede de Incubadoras da Universidade, o Parque Científico e Tecnológico da UFRGS surgiu após a criação e o desenvolvimento

desse primeiro projeto. A Universidade tem atualmente cinco incubadoras: quatro tecnológicas e uma de cooperativas populares. Com reconhecimento nacional por suas atuações e empreendimentos gerados, essas iniciativas têm atenção especial do Zenit. O desafio do parque é apoiá-las em seus processos a fim de potencializar resultados e promover interações interdisciplinares. Com isso, após a finalização da incubação, pretendemos que as *startups* graduadas no projeto da UFRGS vejam no Zenit o próximo passo de sua evolução no mercado em que se inserem. Dessa forma, fortalecemos o ciclo do empreendedorismo dentro da Universidade ao apoiarmos a formalização de projetos inovadores nas incubadoras e, posteriormente, ao encaminhá-los para instalação no parque, onde terão a estrutura necessária para viabilizar a própria expansão.

Nos últimos dois anos, o Zenit intensificou a promoção de ações de disseminação e ensino de empreendedorismo na Universidade, voltadas para alunos e empreendedores. Em 2016, sete edições do evento *Quartas de Inovação* trouxeram mais de 300 participantes para ouvirem e serem inspirados por diferentes temáticas de inovação e

empreendedorismo.

Com o projeto-piloto da Rede de Laboratórios, o Zenit buscou dar visibilidade a essa estrutura da Universidade para que se realizem projetos com empresas e também com laboratórios da própria instituição. Dessa forma, estimulamos novas interações e novas possibilidades de construção de conhecimentos que unam os casos reais de empresas com pesquisas feitas na UFRGS.

Sabendo que um parque não se constrói apenas de estímulo ao empreendedorismo e estreitamento de relações com a indústria, o atual planejamento estratégico do Zenit tem como foco um dos principais desafios encontrados até agora: buscar alternativas para a viabilização da construção de sua área física no Câmpus do Vale. Os tempos difíceis de hoje nos conduzem a pensar em novas abordagens e diferentes modelos econômicos que explorem o potencial de fundos de fomento à inovação, de fundos de investimento e de parcerias público-privadas como possíveis mecanismos de financiamento para a materialização do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS. Assim, será possível ir além dos já existentes e exitosos laboratórios de pesquisa e desen-

volvimento e incubadoras da Universidade. Além disso, estamos atentos à releitura dos tradicionais parques tecnológicos, processo este baseado em conceitos novos, como o de espaços compartilhados – co-working –, o de espaços abertos – muitas vezes associados à revitalização urbana, como no 4.º Distrito de Porto Alegre – e o de internacionalização.

O objetivo final é que a Universidade passe a oferecer à comunidade um verdadeiro e completo ecossistema de inovação e empreendedorismo. Essa estrutura incluirá as incubadoras, a rede de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento e os serviços de capacitação e conexão hoje prestados pelo Parque, além da área física futuramente construída para abrigar empresas, centros de pesquisa e desenvolvimento e institutos de pesquisa. Desejamos um ambiente orgânico de interação entre academia e indústria que consiga unir a excelência de ensino, pesquisa e extensão da Universidade com a prestação de serviços e o desenvolvimento de produtos que transformem a nossa realidade, que promovam a melhoria de vida do cidadão e que agreguem valor à sociedade.

Equipe do Parque Zenit UFRGS



Lugar para a canção e a poesia

Unimúsica
Espectáculos trazem à UFRGS músicos que valorizam o caráter poético das palavras

Há mais de três décadas a UFRGS tem oferecido à canção popular um espaço privilegiado de escuta e de trocas: o Unimúsica. Consolidado e reconhecido dentro e fora da Universidade, o projeto tem um público bastante fiel e entusiasmado. De acordo com a coordenadora e curadora Lúcia Petrucci, o tema deste ano – Poesia, então – tem uma relação direta com a palavra poética. “Em parte, é uma resposta à polêmica que envolveu escritores, compositores e intelectuais de boa parte do mundo após o anúncio do Prêmio Nobel de Literatura para o cancionista estadunidense Bob Dylan. Mas não deixa de ser uma continuidade àquela forma de ‘militância’ adotada pelo projeto desde 2015 com a série Irreverentes e que teve prosseguimento no ano passado com Palavra futuro. A deste ano aposta na força e na contundência da poesia, o melhor modo de dar peso e leveza às nossas tão desgastadas palavras”, explica. Para tornar esse tema concreto, por meio de espetáculos, então, foram escolhidos artistas que transitam pela poesia de livro e de canção, além de outros que mesclam, em cena, textos e canções.

Segundo artista a se apresentar na edição deste ano do Unimúsica, Zeca Baleiro promete trazer essa proposta em um espetáculo



Zeca Baleiro traz, em junho, o espetáculo José, no qual reúne canções, poemas, textos e histórias

que alia música, poesia e histórias de sua carreira. “Canção também é poesia, e na origem já há uma relação. Mas quero aprofundar isso, ler poemas e textos de autores que me influenciaram”, revela o cantor e compositor. O concerto de tom bastante intimista é chamado José e estreou em São Paulo; agora chega a Porto Alegre, segunda cidade a recebê-lo. Zeca Baleiro conta ter sempre sido recebido por plateias calorosas e musicais na capital; na Universidade, prevê um público bem informado e “com fome de cultura”. Para ele, a canção ainda ocupa um lugar de reflexão, sensibilidade e de convite à dança. “É uma arte muito poderosa, apesar de todos os presságios pessimistas”. E sintetiza sobre ser músico no Brasil hoje: “É um lugar difícil, mas muito prazeroso. E com certo poder – ainda – de influenciar as pessoas”.

Unimúsica 2017 – série Poesia, então

Espectáculos

- ▶ ARNALDO ANTUNES: 04 de maio
- ▶ ZECA BALEIRO: 1º de junho
- ▶ ALICE RUIZ, ESTRELA LEMINSKI E TEO RUIZ: 02 de junho
- ▶ ANTONIO CICERO E MARINA LIMA: 06 de julho
- ▶ SARAU #DESLOCAMENTOS4D (Dunia Elias, Loua Pacon Oulai, Mirna Spritzer e Muni): 07 de julho

Horário: 20h

Local: Salão de Atos da UFRGS (Rua Paulo Gama, 110)

Distribuição de ingressos: a partir da segunda-feira que antecede o espetáculo, às 9h, na bilheteria do Salão de Atos da UFRGS

O ingresso será entregue mediante a doação de livros, sendo um livro por ingresso

Cada pessoa poderá retirar até dois ingressos

Conforme a Lei 621/2012, serão destinados 8% dos ingressos para pessoas com necessidades especiais, totalizando 86 lugares

Oficinas

- ▶ A LETRA NA CANÇÃO, com Alice Ruiz e Estrela Leminski: de 30 de maio a 1º de junho
- ▶ A PERFORMANCE DA PALAVRA, com Mirna Spritzer: de 3 a 5 de julho

Horário: das 14h às 17h

Local: Sala Fahrion, no prédio da Reitoria (Avenida Paulo Gama, 110)

Consulta

Ética dos servidores em debate

A Comissão de Ética da UFRGS lançou, no dia 18 de abril, a redação preliminar do Código de Ética dos Servidores da Universidade ao corpo docente e técnico-administrativo. Todos os servidores poderão analisar e oferecer sugestões ao texto por meio de um formulário online até o dia 31 de maio. A consulta está disponível no Portal do Servidor e pode ser acessada por link no rodapé do site da Universidade.

A elaboração do documento está prevista no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. “As expectativas são de que todos os servidores da UFRGS conheçam e exerçam os seus direitos e deveres em relação à sua instituição”, afirma a presidente da Comissão de Ética da UFRGS, Ana Maria e Braga Souza.

A redação final do Código de Ética dos Servidores da UFRGS será feita após a análise e sistematização das sugestões coletadas pela Comissão de Ética, bem como a inclusão das propostas compatíveis com o “espírito” do texto. A versão final, ainda, será submetida à aprovação do Conselho Universitário.

China

Instituto Confúcio celebra cinco anos de atividades

Fundado a partir de um convênio entre a UFRGS e a UCC (Universidade de Comunicação da China), o Instituto Confúcio comemora, neste mês, seu quinto aniversário. A instituição teve, nos últimos três anos, uma média de 500 a 600 alunos estudando língua e cultura chinesas. São de todas as faixas etárias e de diversos segmentos da sociedade.

De acordo com o diretor chinês da instituição, Tiejun Gu, uma das principais ações a se destacar foi o fato de terem estabelecido um curso completo de ensino de chinês em seis níveis e de acordo com parâmetros que seguem os dos exames de proficiência em língua chinesa (HSK e HSKK) – estes, inclusive, são aplicados regularmente. Além disso, ele destaca o fato de o Instituto recomendar seus alunos para intercâmbios – 17 já receberam bolsas de estudo – e organizar anualmente idas à nação oriental. “É de fundamental importância a cooperação do Instituto Confúcio com outras instituições da UFRGS, com a comunidade e com a mídia local”, avalia o diretor.



CONHECENDO A UFRGS

A ciência como meio de inclusão

O projeto de extensão Laboratórios Abertos, tema do programa Conhecendo a UFRGS deste mês, pretende aumentar o interesse de estudantes pelas ciências. Nele são oferecidas aulas práticas de Física e Química para alunos de baixa renda vinculados ao PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã, proposta de educação popular voltada à comunidade.

Os estudantes têm acesso aos laboratórios do Instituto de Física e do Instituto de Química da UFRGS, onde podem aplicar na prática os conhecimentos adquiridos. “Nós sentíamos a necessidade de criar conexões entre os conteúdos que são bastante abstratos nessas disciplinas e o cotidiano dos alunos”, explica Fernanda Poletto, coordenadora do Laboratórios Abertos.

Além disso, a iniciativa desperta interesse nos participantes em seguir carreira nas áreas exatas, como destaca Fernanda: “Nós temos um ganho social, afinal estamos trazendo para dentro da Universidade um público que acredita inicialmente que não seria capaz de chegar nem perto da instituição. Então, nós participamos de um processo de inclusão que acredito que seja muito importante numa sociedade tão desigual quanto a nossa. Acabamos descobrindo muitos talentos nesse processo, muitos dos nossos ex-alunos de ensino médio do projeto hoje são alunos da graduação”.

O projeto ajuda a cumprir as funções da universidade, uma vez que comumente essas profissões são consideradas inacessíveis para a população de baixa renda. “A experiência de dar aula já é de grande contribuição para a minha formação, mas também como cidadão. Esses alunos muitas vezes não têm acesso a um cursinho particular, ou não têm tempo para estudar. Então eles sempre nos agradecem por estarmos ajudando eles a terem um lugar na sociedade”, comenta Fernando Saldanha, graduando do curso de Química e monitor do projeto.

Jaqueline Kunze, *estudante do 2.º semestre de Jornalismo*

Assista ao programa

O Conhecendo a UFRGS sobre o projeto Laboratórios Abertos vai ao ar no dia 23 de maio, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também pode ser assistido pelo site www.unitv.tv.br



Os improváveis batem às portas da Universidade

Odalci José Pustai *

M. S., 19 anos, mora na Vila Cruzeiro, com cinco irmãos e a mãe, numa família com estrutura matrifocal. São beneficiários do Bolsa Família. M. S. faz parte de um grande contingente de cidadãos brasileiros que, na perspectiva do sociólogo Bernard Lahire, podem ser chamados de *improváveis*: têm escassas probabilidades de contrariar o destino sócio-econômico-cultural dos seus pais. Pessoas com esse perfil são atendidas no Cursinho Pré-Vestibular Popular Educamed, que prepara estudantes com este tipo de vulnerabilidade para não somente concorrer aos vestibulares e acesso pelo SISU/MEC, como também receber uma formação para o desenvolvimento da sua cidadania.

Os cursinhos pré-vestibulares populares se desenvolveram no contexto da implantação de políticas públicas sociais na área de educação, com destaque para o aumento de vagas em universidades públicas, o ProUni e as Ações Afirmativas. Estas democratizaram, em parte, o acesso ao ensino superior e trouxeram para dentro da universidade uma diversidade mais representativa do conjunto da população brasileira.

Desde o início, o cursinho foi uma iniciativa de um grupo de estudantes de Medicina da UFRGS e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Depois de tentarem e não conseguirem viabilizá-lo fora da universidade, os alunos buscaram o apoio institucional da UFRGS. Como já existiam cursinhos populares vinculados ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão (Deds/Prorext), não foi difícil ancorar a nova proposta como projeto de extensão vinculado à Faculdade de Medicina e à Escola de Enfermagem.

O Educamed é administrado por um colegiado de gestão de 17 coordenadores, 39 professores que também elaboram o material didático e 36 monitores. Desses, 52 são alunos da UFRGS e 14 são da UFCSPA. As aulas

são ministradas em sala disponibilizada pela Escola de Enfermagem e ocorrem no turno da noite, de segunda a sexta-feira, tendo aulas de reforço e simulados nos sábados à tarde. As monitorias são oferecidas em horário anterior às aulas. No início do ano letivo, é feita uma formação para professores e alunos em educação popular e fundamentos em didática, enquanto para os alunos do cursinho é feito um nivelamento em matemática e física.

Em 2016, foram atendidos 40 alunos; no presente ano, 50. Da primeira turma, 16 alunos ingressaram em diversos cursos: na UFRGS, por vestibular e SisU, em Nutrição, Medicina Veterinária, Serviço Social, Física – Astrofísica e Engenharia Física; na UFCSPA, pelo SisU, em Psicologia; no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), pelo SisU, em Física e Biblioteconomia; na Uniritter, pelo ProUni, em Direito, Engenharia Civil, Biomedicina, Nutrição e Fisioterapia; na Fadergs, pelo Prouni, em Fisioterapia; e na Faculdade Factum, em Enfermagem.

Por se tratarem de alunos em grande vulnerabilidade, recebem todos os materiais didáticos. Além disso, o cursinho foi cadastrado na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) para viabilizar o TRI Escolar. Mesmo assim, alunos precisaram desistir, por não conseguirem pagar nem a meia passagem.

O projeto teve o apoio financeiro essencial da Prorext e da Fundação Médica do Hospital de Clínicas (HCPA), que viabilizou a impressão das apostilas para o ano de 2016. Para este ano, foi organizada uma campanha de arrecadação financeira solidária, que chegou perto do total de recursos necessários para a confecção do material didático.

Apesar de ter apenas um ano de atividades, o Educamed já foi selecionado pela Prorext para ser apresentado em Congresso de Extensão: teve inscrição aceita e foi apresentado no Salão da UFRGS/2016, nas modalidades de extensão e educação, e recebeu destaque nas duas áreas.

Além da atuação do projeto como extensão e com uma boa interface com a educação, está em edição um projeto de pesquisa com o nome de *Itinerários de vida de improváveis que se tornam batalhadores*, que está sendo desenvolvido com efetiva participação do Bolsista de Extensão. Assim, o projeto evolui para o trinômio desejável da universidade onde ensino, pesquisa e extensão estão perfeitamente articulados.

“Em projetos como o Educamed, o aluno da Universidade exerce ativamente um protagonismo com autonomia”

O objetivo primeiro do Educamed é melhorar as possibilidades dos alunos de ingressarem na universidade. No entanto, para quem acompanha de perto todo o complexo processo de um cursinho pré-vestibular popular, percebe que existe um enorme ganho de capital simbólico para cada acadêmico envolvido no projeto. Para entender melhor este ponto de vista, vou argumentar com exemplos que corroboram essa afirmação.

Tivemos alunos do cursinho que relataram situações de grande sofrimento. Num dos casos, uma aluna ficou agudamente doente e, por não contar com ajuda familiar, ‘pediu socorro’ a um dos professores do cursinho. Ele, então, a acompanhou no Pronto Atendimento por 24 horas, até que sua condição estivesse bem

encaminhada. Numa outra situação, houve o relato de violência doméstica e ocorreu toda uma mobilização solidária para que a vítima tivesse ajuda até conseguir amparo institucional adequado e todo o apoio necessário para poder superar, na medida do possível, o problema. O retorno da referida aluna às aulas foi um grande alívio e motivo de orgulho para todo o grupo. É importante salientar que essas situações e outras foram acompanhadas com muito interesse e preocupação, produzindo uma rede de solidariedade, na qual todos contribuíram dentro das possibilidades de cada um.

Outro aspecto relevante para os estudantes que se envolvem nesse tipo de projeto é sua própria formação como cidadãos e profissionais com horizontes bem mais ampliados. No geral, acredito que a universidade de hoje tem o ensino da graduação mais voltado aos conteúdos específicos; o aluno exerce muito pouco a condição de ser sujeito na sua própria formação. Em projetos como o Educamed, o aluno da Universidade exerce ativamente um protagonismo com autonomia dentro do limite dado pelo regimento institucional. Uma experiência com esta qualidade e responsabilidade discente exemplar é uma demonstração de que há uma potencialidade nos sujeitos em formação profissional que nós, professores, muitas vezes não valorizamos adequadamente.

Na conjuntura brasileira atual, estes projetos podem ser arenas para a defesa de políticas públicas de inclusão social e também de defesa de princípios como democracia e solidariedade. Assim, esperamos que experiências como o Educamed continuem ajudando *improváveis* da sociedade a contrariar as probabilidades estatísticas, engendrando novos personagens que constroem trajetórias vencedoras com méritos qualitativamente diferenciados.

Professor do Departamento de Medicina Social e coordenador do Educamed

FLÁVIO DUTRA/JU



Iniciativa de estudantes de Medicina da UFRGS e da UFCSPA, o Educamed é um cursinho pré-vestibular que atende a 50 jovens que buscam uma vaga no ensino superior.



Precisamos falar sobre um tabu

Aborto *Discussão sobre valorização da vida da mulher ganha força com ação que tramita no STF*

Samantha Klein

Tamara* estava ingressando na faculdade quando engravidou de forma não planejada aos 24 anos. Com trabalho fixo, namorado compreensivo e família presente mas extremamente conservadora, ela chegou à conclusão de que ainda não era o momento de ser mãe. A jovem recorreu a um aborto ilegal em uma clínica clandestina. Ela enfrentou sozinha a barra da interrupção de uma gestação: “Fiquei desesperada quando soube da gravidez. Não era a hora. Estava começando a graduação e trabalhava feito louca. É uma situação difícil, a gente não esquece, mas fiz tudo sozinha porque meu namorado não queria o aborto. Foi a melhor escolha na época”.

Apesar de o companheiro não ter apoiado a decisão, aceitou que Tamara deveria fazer o que era mais conveniente para ela. “Ele ficou um pouco triste, mas nossa relação não foi abalada por isso. Ainda namoramos mais dois anos e somos amigos até hoje. Tempos depois, quando outra namorada dele engravidou e quis interromper a gestação, ele pediu a mim o contato do médico que fez o procedimento”, conta. Por ser uma prática permitida em apenas três hipóteses no Brasil – casos de estupro, anencefalia do feto e risco à vida da mãe –, o aborto é um procedimento arriscado para a saúde das mulheres. A interrupção da gestação é a quinta causa de mortes maternas no país.

Contudo, uma em cinco mulheres com mais de 40 anos já fizeram, pelo menos, um aborto na vida, conforme a Pesquisa Nacional do Aborto, realizada em 2016 pela ONG Anis – Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília (UnB). Hoje existem 37 milhões de mulheres nessa faixa etária, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimando-se assim que 7,4 milhões de brasileiras fizeram aborto. A realidade de Tamara, que conseguiu pagar R\$ 4,5 mil pelo procedimento, entretanto, não é a da maioria das mulheres que recorrem à interrupção da gestação. A pesquisa também revela que o aborto é uma realidade da vida reprodutiva de mulheres de todas as classes sociais e níveis educacionais, mas as negras e indígenas, com menor escolaridade, e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentaram taxas de interrupção da gestação mais altas.

Tabu em discussão – O aborto ilegal seguido de morte atinge mais mulheres pobres, negras e vulneráveis no Brasil. Foi com o propósito de diminuir essa realidade que o Instituto Anis e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ingressaram, no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma arguição de descumprimento de preceito constitucional. A crimina-



Grafite localizado na Avenida Ipiranga, em Porto Alegre, remete ao empoderamento feminino

ELAVIO DUTRA/JU

lização da interrupção da gestação é inaceitável, conforme a advogada Luciana Boiteux. “A gente entende que os artigos 124 e 126 do Código Penal que criminalizam o aborto não foram recepcionados pela Constituição de 1988. Portanto, com base princípio da dignidade da mulher deve ser declarada a inconstitucionalidade desses dois artigos. O fato de o aborto ser ilegal não impede que a prática aconteça. Consideramos que esse é o momento de o Supremo avaliar a questão”, justifica.

A presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS), Regina Beatriz Tavares, partilha da linha de pensamento usada para determinar as situações previstas em lei. Ela considera que a expectativa de nascer do feto se sobrepõe, em geral, aos interesses da mulher. “A regra da Constituição

é o direito à vida. As exceções, como os casos de aborto permitidos pelo Código Penal e a previsão de pena de morte em caso de guerra, dão-se em circunstâncias excepcionalíssimas. Não é possível transformar a exceção em uma regra. A inviolabilidade da vida é para todo o tipo de vida”, afirma.

Talvez um dos maiores tabus da sociedade brasileira, o tema já foi alvo de diversas ações relacionadas. Até mesmo o Governo Federal tentou abrir um canal de discussão, mas não houve sucesso. O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão defendeu a realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto. A proposta, porém, foi arquivada. Já em relação à recente ação do PSOL, extraoficialmente, o presidente Michel Temer se posicionou contrariamente.

Em 2008, o STF entendeu que

as pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida, tampouco a dignidade da pessoa humana. Esses argumentos foram utilizados pelo ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles em Ação Direta de Inconstitucionalidade que pretendia impedir essa linha de estudo científico. Em outra ação, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a prisão preventiva de dois médicos, denunciados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela suposta prática do crime de aborto com o consentimento da gestante. Para o ministro Luís Barroso, a criminalização do aborto é incompatível com diversos direitos fundamentais, entre eles os direitos sexuais e reprodutivos, a autonomia da mulher, a integridade física e psíquica da gestante e o princípio da igualdade.

A epidemia da microcefalia no país no ano passado, em especial no Nordeste, gerou também uma proposta no Supremo para legalizar o aborto em hospitais da rede pública. A discussão nos casos de mulheres portadoras do vírus da Zika ficou em suspenso no ano passado. A professora do Departamento de Medicina Social da UFRGS Daniela Knauth diz que a proposição em relação à doença deveria ter sido aprovada. “Sabemos que a criança com microcefalia sobrevive, diferentemente da anencefalia. Mas em quais condições para a família e por quanto tempo? Além disso, a autorização para abortar não significa uma obrigação. É importante que o estado seja laico de fato e a mulher possa escolher”, enfatiza.

Aborto e Aids – A pesquisadora ainda destaca que a vulnerabilidade social tem relação com o aborto e os casos de HIV. “É uma associação entre más condições de vida e a transmissão do vírus da Aids entre populações vulneráveis. Nosso estudo mostrou que mulheres que já realizaram interrupção da gravidez têm mais chance de ter a doença. Isso é um alerta de saúde pública”, ressalta a docente. Essa conclusão se dá em pesquisa realizada com mulheres pobres que recorreram à curetagem (procedimento de limpeza do útero) em hospitais públicos após a realização de um aborto em más condições. A professora Daniela Knauth lembra que a interrupção da gravidez, nesses casos, é um sinalizador de vulnerabilidade social e violência sexual. “São mulheres pobres, menos instruídas, com maior número de parceiros. Em muitos casos, a pobreza é tão grande que não haverá alternativa senão essa.”

Nesse sentido, a docente defende que o tipo de procedimento precisa ser descriminalizado. “Existem divergências quanto ao momento em que começa a vida, o que fica no campo do dogmatismo e das religiões. Cientificamente falando, o sistema nervoso somente vai se formar a partir das 12 semanas de gestação, portanto, seria um período aceitável para a interrupção da gravidez.” A morte de mulheres que praticam aborto também é o grande alerta, conforme a docente. Um estudo que já tem dez anos, realizado pela ONG Ipas Brasil, a pedido do Ministério da Saúde, revelou que as negras têm três vezes mais chances de morrer por complicações, como hemorragias ou infecções, do que as brancas. A pesquisa baseada em informações colhidas entre 1992 e 2005 mostra que são realizados cerca de um milhão de abortos por ano no país. Entretanto, considerando que se trata de um procedimento legalizado em apenas três hipóteses, pesquisadores defendem que há subnotificação dos casos.

*O nome foi modificado para preservar a identidade da entrevistada.



O custo do transporte

Deslocamentos Estudantes encaram diversas situações para se locomover diariamente

A UFRGS abriga cerca de 32.800 alunos que moram nas mais diversas áreas de Porto Alegre, região metropolitana e litoral, o que os faz escolher distintas maneiras de se locomover. Para ajudar nesses deslocamentos, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) oferece a alunos de baixa renda o auxílio transporte. No entanto, a partir do primeiro semestre de 2017, ficou estabelecida uma relação entre o número de créditos matriculados pelo aluno e o valor do benefício, o que causou preocupação em alguns estudantes. “Entendo que aqueles que fazem só uma cadeira e mais nenhuma atividade extra não precisam do valor integral. Porém, várias pessoas fazem muitas

atividades de extensão, trabalho de conclusão de curso (TCC) em laboratório e essas atividades não foram levadas em consideração nessas mudanças”, critica Jéssica Rosiak, estudante de Ciências Biológicas e moradora da Casa do Estudante Universitário (CEU). A estudante de enfermagem Yasmin Dias toma em média quinze ônibus por semana. Para ela, o auxílio transporte é insuficiente. Como forma de contornar, usa o que sobra do auxílio material, também fornecido pelo PRAE.

Atualmente, alunos que estão matriculados em até onze créditos recebem 25 passagens estudantis (R\$ 50,50); os matriculados em doze créditos ou mais ganham o

dobro (R\$ 101). Excepcionalidades deverão ser justificadas pelas Comissões de Graduação (Comgrad). Tal mudança foi estabelecida, segundo o site da PRAE, para adequar a realidade orçamentária à ampliação do número de beneficiários da assistência estudantil. “Verificamos que 25% dos beneficiários estão matriculados em menos do que 12 créditos sem que haja uma justificativa para isso”, explica a Pró-reitora de Assuntos Estudantis, Suzi Alves Camey.

A estudante Jéssia Rosiak conta que, neste semestre, por estar dando aula no cursinho pré-vestibular popular Projeto Educacional Alternativa Cidadã, trabalhar em uma empresa júnior da universidade e

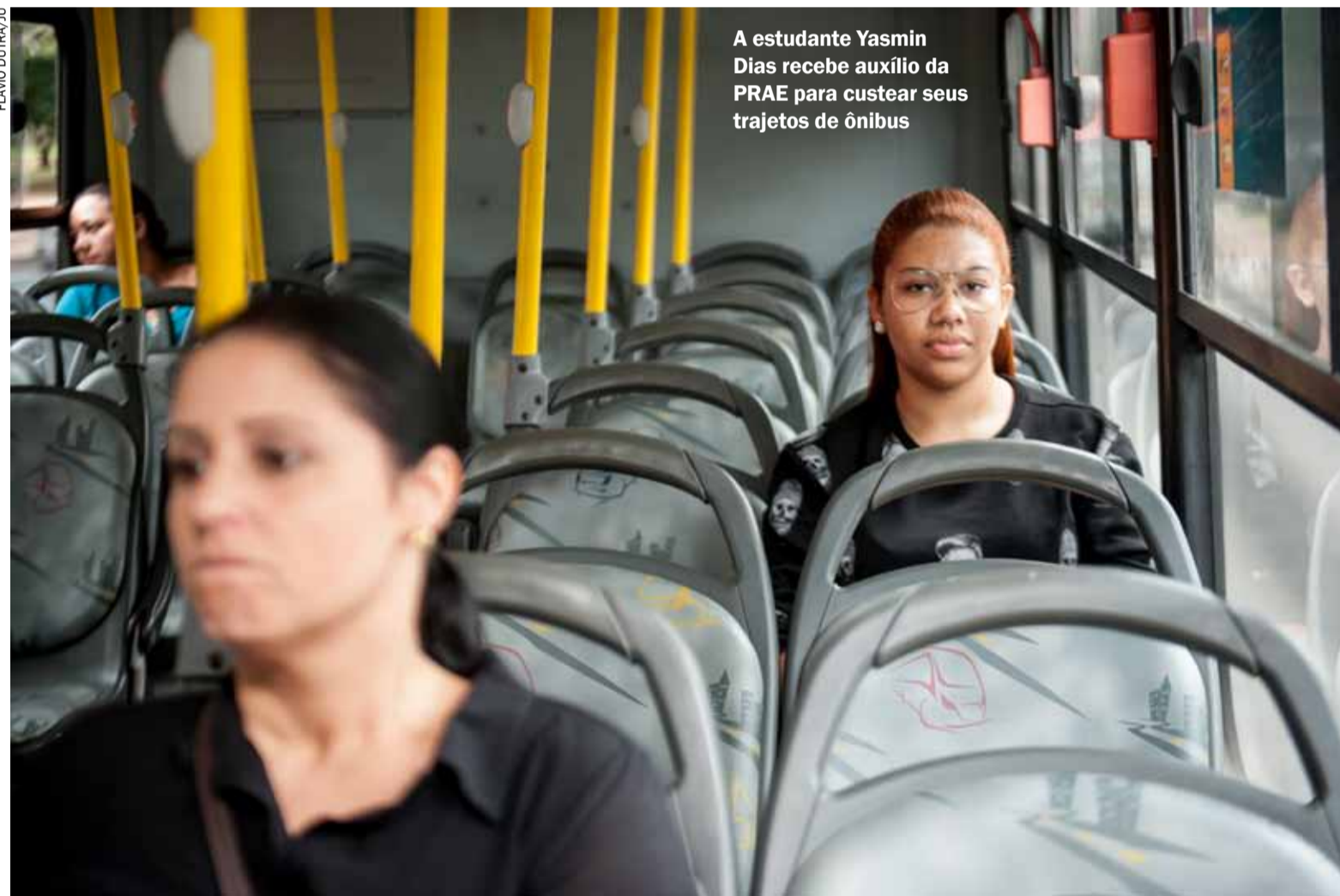
ainda estagiar, decidiu se matricular em treze créditos. “Foi uma cadeira que fez a diferença”, ressalta a estudante que toma três ou quatro ônibus todos os dias, gastando cerca de R\$ 140 por mês. De acordo com a Pró-reitora de Assuntos Estudantis, estão sendo analisados pela equipe da Divisão de Seleção e Acompanhamento Psicológico, Pedagógico e Social (DSSPRAE) os casos de estudantes que têm bolsas que exigem um horário fixo de trabalho e uma consequente locomoção.

Dois rodas – Ir à aula pedalando foi a alternativa escolhida por Natalia Henkin, estudante de Jornalismo. “Comecei a usar a bicicleta no fim de 2014, quando a comprei.

Moro numa região bem central, perto da faculdade e do trabalho”, conta. Entre as vantagens de se locomover de bicicleta está o tempo de viagem e o desembolso. “Para trajetos curtos, levo metade do tempo que levaria a pé ou de ônibus”, justifica. E acrescenta: “O custo envolve a compra de equipamentos, mas é um investimento”. Apesar de ser uma opção mais acessível para os estudantes, Porto Alegre ainda possui uma infraestrutura cicloviária muito precária. De acordo com a EPTC, a capital dispõe de 45,2 km de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas. Em consequência, os usuários das duas rodas acabam trafegando entre os carros. “Não gosto de andar pela calçada, acredito que o lugar do ciclista é na rua mesmo, mas às vezes pedalar entre os carros é quase suicídio, aí eu desço da bike e vou andando com ela”, relata a estudante.

Segurança – Jéssica Prado, estudante de Engenharia Ambiental e moradora de Canoas, neste semestre passou a vir à Universidade dirigindo. A preocupação, agora, é encontrar um local para estacionar por perto do Câmpus Centro. De acordo com a Superintendência de Infraestrutura da UFRGS, o número de vagas disponíveis para os estudantes varia de acordo com o que excede dos servidores, técnicos e docentes. “O que as pessoas têm é um selo que lhes dá direito de procurarem uma vaga”, diz a vice-superintendente de Infraestrutura Andrea Pinto Loguercio. Anualmente, é feito o estudo da disponibilidade para estudantes, o que é preenchido por sorteio. “À noite, como a gente tem um número menor de áreas atuando, as vagas que estão ociosas são concedidas aos alunos. Então, não seria um número fixo”, explica.

Vanessa Petuco, estudante do 5º semestre de Jornalismo na Fabico



A estudante Yasmin Dias recebe auxílio da PRAE para custear seus trajetos de ônibus

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Entrevi e escrevestes

Aproveito para comentar duas questões verbais que não são erros pasquais, mas ao menos evidenciam a mescla de determinadas flexões verbais, no caso, incidente sobre os verbos *intervir* e *escrever*. Encontramos um uso frequente do primeiro verbo na fala de palestrantes, acadêmicos, apresentadores de jornais televisivos, ou seja, de pessoas de quem, segundo a redoma culta, se espera um uso proficiente e o mais próximo da forma culta da língua. Esse desvio do padrão verbal, portanto, está relacionado à mesma tendência que faz uma criança dizer “eu gosti” – pois ela ouve “eu vi”, “eu li”, “eu vendi” e generaliza a forma

verbal para os verbos terminados em a, que têm, na desinência de primeira pessoa do pretérito perfeito, a terminação “ei” (ganhei, sonhei, admoestei). Esclareça-se: *intervir* obedece às mesmas formas da flexão do verbo *vir*, de quem deriva. Por conseguinte, se a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do verbo *vir* é *veio* – *O time veio para o ataque no segundo tempo.* –, a forma paralela do verbo *intervir*, dele derivado, será *interveio* – e não *interviu*. *Quando começou a discussão, o mais velho interveio.*

* Sobre o verbo *escrever* – e outros de perfil desinencial semelhante –, não raro ocorre o problema denominado hipercorreção. (*Tu correstes lépida estrada*

afora.) “O mecanismo, então, é um interessante fenômeno sociolinguístico que se observa quando os falantes, ao tentarem se aproximar de um padrão ideal imaginário de língua boa, acabam acertando demais e se desviando tanto da sua própria gramática intuitiva quanto da gramática normativa”, define assim o linguista M. Bagno. Segundo a norma, a forma da segunda pessoa do singular é *correste*, sem o S. A segunda pessoa do plural (vós, quase em desuso), sim, é *correstes*. Teríamos de recorrer a um padre ou um professor de português clássico para perceber em uso o resultado dessas diferenças, pois, com a quase invisibilidade do “vós”, não se percebe a perda do uso cruzado.

*

Bônus:

Algo semelhante ocorre com o verbo *mediar*, frequentemente vestido da forma (eu) “medio”, e não *medeio*. Para os que gostam de facilitadores: o verbo *mediar* se flexiona como o verbo *odiar* – cujas formas poucas se equivocam.

*

Leitores estimados, volto à carga e a demandar a vocês que colaborem, participando da enquete que vem sendo divulgada pelo site da UFRGS e por aqui sobre o nosso Jornal. O retorno tem sido muito interessante e resolvemos continuar disponibilizando o link [http://bitly.com/2lSu5V1] da enquete (super-rápida).

Encontro com a universidade

FLÁVIO DUTRA/JU



Depois de participar do Portas Abertas, Cristina Barros decidiu prestar vestibular para História da Arte e hoje estuda na UFRGS

Perspectiva *A UFRGS recebe secundaristas e a comunidade em suas unidades no dia 20 deste mês*

Samantha Klein

A promessa para Nossa Senhora do Caravaggio deu certo: Cristina Barros e Tiago Magno, ambos de 18 anos, são dois dos quatro mil calouros da Universidade. Ela começou História da Arte e já está convicta de que não errou na escolha: o fascínio pela contextualização do mundo por meio do teatro, da música ou de obras de arte a tornará professora. Ele iniciou Ciência da Computação e já sabe que vai percorrer o caminho da programação e do desenvolvimento de software. A garota falou da figura religiosa de devoção na região de Caxias do Sul, mas quem realmente determinou o ingresso do casal de namorados na UFRGS foi o estudo durante mais de seis meses.

Porém, além da força-tarefa para serem aprovados no vestibular, eles se candidataram depois de terem conhecido as políticas de permanência na Universidade coordenadas pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil. “Sempre vi a UFRGS como uma utopia. Universidade acessível a todos, mas muito longe do meu alcance, já que eu não poderia me sustentar em outra cidade. Porém, ao saber dos benefícios da PRAE, um mundo se abriu e resolvi fazer de tudo para estar nessa comunidade”, comemora Cristina.

Tiago lembra que só conheceu as possibilidades oferecidas a

alunos de baixa renda porque esteve na edição do ano passado do Portas Abertas. O evento mostra para a comunidade o que é feito na Universidade e como funcionam os cursos de graduação e pós-graduação. A próxima edição poderá ser a oportunidade para que outros estudantes se exerçam aqui.

Abre alas – No próximo dia 20, das 8h às 14h, a UFRGS estará com seus portões e portas abertas para o recebimento de aproximadamente 15 mil estudantes de diversas cidades. Os alunos de escolas municipais, estaduais e privadas poderão percorrer várias unidades, sendo recebidos para participar de atividades científicas e culturais. No ano passado, 264 colégios de 99 cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina participaram das atividades, distribuídas em cinco câmpus da Universidade.

De acordo com a Pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus, o Portas Abertas é um dia festivo. “A Universidade se mostra exatamente como é. Não há nenhuma maquiagem na estrutura; os prédios, laboratórios e salas de aula são apresentados como são. E o propósito é esse mesmo, já que é um momento em que futuros alunos acabam decidindo o que querem. É nessa ocasião que muitos deles vão ter certeza do que desejam fazer no vestibular”,

diz. O evento surgiu como feira de ciências e hoje, em sua 15.ª edição, é estruturado em conjunto com as unidades acadêmicas.

A Pró-Reitoria de Extensão disponibiliza a divulgação da programação do Portas Abertas, mas as unidades acadêmicas têm liberdade total para elaborar suas atividades, que contam com a participação de alunos, professores e técnicos. A Prorext também organiza os agendamentos de escolas e cursinhos pré-vestibular que estejam interessados na realização da visita. Além disso, bolsistas da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Fabico) são treinados para fazerem a cobertura do evento.

Ciência para todos – Dentro da intensa programação, no ICBS (Instituto de Ciências Básicas da Saúde), localizado no Câmpus Saúde, localizado no Câmpus Centro, por exemplo, os estudantes podem entrar no laboratório onde os universitários da área da Saúde estudam anatomia dos corpos. No Hospital de Clínicas Veterinárias, no Câmpus do Vale, os visitantes têm a oportunidade de conhecer toda a estrutura de atendimento clínico e cirúrgico de animais de pequeno e grande porte.

No Instituto de Física, unidade que mais atrai os visitantes, atividades interativas com experimentos e jogos envolvem quase três mil estudantes. No local, o

evento se estende por duas horas além do previsto por conta da alta demanda. No campo da Astrofísica, os visitantes acompanham, em exposições interativas, fenômenos como a rotação e revolução da Terra, as estações do ano, as fases da Lua, os eclipses e o movimento aparente do Sol. Além disso, há apresentação dos planetas e do Sol, em escala de distância e tamanho e caracterização das propriedades do sistema solar. Em um dos locais mais instigantes do Câmpus do Vale, também no IF, os estudantes têm acesso ao Observatório Astronômico e podem observar as manchas solares.

O evento é um dos dias mais divertidos e integradores do Instituto de Física, de acordo com a diretora da unidade, Naira Maria Balzaretto. “A nossa programação é realmente muito rica, várias escolas do interior do estado participam e é um momento de integração também da unidade acadêmica. A gente percebe que os técnicos, professores e alunos trabalham juntos. Há uma demanda enorme de alunos que se voluntariam.” E complementa: “É a oportunidade para que os estudantes entendam como a Física funciona. Muitos acabam se apaixonando pela ciência e fazem o vestibular para ingressar na graduação”.

Tour pela UFRGS – Além das faculdades, departamentos e institutos que estarão abertos, setores

culturais da universidade também abrem suas portas no dia 20. No Planetário, localizado no Câmpus Saúde, duas sessões são oferecidas a 240 estudantes. Os programas têm como temática os planetas do sistema solar.

A pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus, destaca que visitar e conhecer a Universidade interessa não somente aos estudantes do Ensino Médio, mas a todas as pessoas que têm alguma relação com a instituição. “Essa é também uma oportunidade para que a comunidade em geral conheça a UFRGS. Tem muita gente que quer visitar o Museu, o Planetário ou o Observatório e aproveita o evento para fazer isso.”

A Rádio da Universidade, provavelmente a única emissora do Estado que tem um piano de cauda em seus estúdios, também oferece programação especial. Espetáculos acontecem dentro do estúdio e do lado de fora do prédio para animar os visitantes. Também há visitas guiadas de 30 minutos para que o público possa conhecer a história e o funcionamento da emissora. “Esse dia é muito especial para a rádio, porque muitos ouvintes têm a oportunidade de vir até aqui para conhecer as instalações. Além disso, é um momento em que alunos e futuros estudantes de Jornalismo, Música e Engenharia Eletrônica podem visualizar a rotina e o trabalho feito”, ressalta o diretor do Centro de Teledivisão Educativa da UFRGS, André Prytoluk.

Foi em meio ao tour pelos diferentes câmpus que Cristina Barros “se encontrou” no Instituto de Artes. “Eu pirei lá dentro! Fiquei emocionada com tantas obras de arte e com parte da história das artes do Rio Grande do Sul naquele lugar. Tive certeza absoluta de que estava onde queria estudar.” A caxiense, no final das contas, está estudando no anexo da Reitoria – onde são ministradas as aulas da graduação em História da Arte – mas está no caminho que escolheu após a visita à universidade no ano passado.

O mesmo aconteceu com o namorado, que se empolgou para vir estudar na UFRGS após o Portas Abertas. De uma turma de 40 alunos do Colégio Estadual Henrique Emilio Meyer, oito fizeram vestibular e dois uniram forças para estudar; agora, aguardam vaga na casa do estudante do Centro para residir. “Em Caxias do Sul, ficaríamos trabalhando e tentando ingressar em uma faculdade privada por meio do Prouni. Assim, estamos descobrindo outras possibilidades. Agradeço também à professora de Sociologia, Roseana Neves. Foi ela quem incentivou a turma a vir visitar a universidade no ano passado”. Cristina e Tiago torcem para que outros professores de Ensino Médio tenham a mesma ideia e ofereçam a seus alunos a mesma oportunidade.



FLÁVIO DUTRA/JU

Democracia como projeto pedagógico



Licínio Lima Pesquisador português analisa as possibilidades e perspectivas para uma escola mais participativa

Convidado pela Faculdade de Educação da UFRGS, o professor Licínio Lima, da Universidade do Minho, em Portugal, ministrou, no mês passado, a aula inaugural do curso de extensão *Gestão democrática: da avaliação ao planejamento participativo nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul*. Defensor de uma democratização das escolas, o docente concedeu entrevista por e-mail ao JU. Nela, trata do estabelecimento de uma autonomia das escolas e da importância da democracia nesse processo.

O que seria democratização da escola?

Envolve múltiplas e complexas dimensões, dentre as quais a igualdade de oportunidades de acesso, permanência e sucesso educativo; a governação e gestão democrática das redes e dos estabelecimentos de ensino; a pedagogia, os conteúdos e os processos de ensino-aprendizagem; os valores contidos no projeto político-pedagógico de cada escola; as relações sociais e, designadamente, as relações de poder; a autonomia democrática responsável, necessariamente sob escrutínio público; entre outros elementos. Nesse sentido, uma educação pública participativa só será verdadeiramente realizável numa sociedade democrática, embora, por outro lado, a própria democracia política e social dificilmente possa dispensar a contribuição da escola para a constituição de sujeitos educados para a cidadania ativa através do exercício da prática em decisões

nas escolas e fora delas.

O que é necessário para uma gestão democrática nas escolas públicas?

Assumir a democracia como um projeto pedagógico por meio do qual se contribui para a formação do cidadão. Os elementos cruciais para realizar uma gestão democrática das escolas não constituem um corpo rígido ou um cânone que seria independente das circunstâncias históricas, políticas, sociais, culturais. Várias pesquisas têm apontado a eleição, a colegialidade e a participação no processo da tomada das decisões educativas como elementos centrais. Os dois primeiros têm-se revelado mais acessíveis em termos de realização, mas a participação na decisão, que exige certo grau de autonomia individual e coletiva, é particularmente difícil de atingir, especialmente em países de tradição centralizada e/ou de muito recente democratização. Nestes, é bem mais difícil quebrar a tradição de uma gestão pública de feição autoritária, instrumental, burocrática, bem como sua agenda de interesses elitistas e meritocráticos. Os detentores do poder sobre as escolas tendem a conceber a autonomia destas de forma amplamente subordinada às suas decisões políticas e estratégicas, apenas delegando responsabilidades e encargos, ou microdecisões menores e que já não têm como controlar de forma centralizada.

Que efeitos têm as decisões tomadas “de cima para baixo”?

São decisões sobre a escola e não

com a escola. Acredito, com base em pesquisas que realizamos em Portugal ao longo das últimas três décadas, que é exatamente nos regimes mais centralizados e controladores que as comunidades escolares tendem a procurar alternativas ao normativismo, ainda que a partir de formas mais ou menos escondidas. Este referencial baseado em grandes instrumentos jurídicos abate-se sobre as escolas e parte do pressuposto de que as realidades escolares mudam ao ritmo dos projetos políticos e na mesma direção das injunções administrativas, de cima para baixo, de fora para dentro. Essa ilusão normativista tem sido metodicamente desfeita pelas pesquisas sociológicas e organizacionais que estudam as políticas educacionais em ação, suas formas distintas de apropriação e de tradução em cada contexto concreto de ação educativa.

Como essas mudanças seriam dentro de uma gestão democrática?

Se a democracia exige a participação do outro, é necessário que as decisões políticas sejam partilhadas, e que a democracia não se limite à esfera política para, ao invés, poder penetrar nas esferas sociais, econômicas, culturais, etc. A isso chamamos de democracia social. As mudanças educativas passariam a exigir debate, diálogo, negociação entre os decisores políticos centrais e os educativos e pedagógicos. Sei que parece difícil, mas sem isso não há razão para falar em democracia e autonomia nas escolas. Enquanto não compreendermos as exigências

de uma democracia social, nem que a educação é um complexo de políticas e de práticas culturais – e que por isso ninguém será capaz de transformá-la de imediato e simplesmente por força da imposição de normas legais e hierárquicas –, continuaremos a insistir nos mesmos erros que nos trouxeram até aqui.

O que é “McDonaldização” da educação ou da pesquisa?

Para o sociólogo estado-unidense George Ritzer, assiste-se a um processo de “McDonaldização” da sociedade que intensifica a eficiência, a quantificação e a calculabilidade, a standardização e as rotinas e, finalmente, o controle. Essa racionalidade de tipo técnico-instrumental tem, porém, limites. Por exemplo, pode ser altamente lucrativa, mas acarretar enormes riscos para o ambiente e a saúde pública. Ritzer fala da “McDonaldização” da educação, considerando os testes, os rankings, o produtivismo acadêmico e, em geral, tudo aquilo que já não se aceita mais como incomensurável, ou imediatamente comparável na educação e na pesquisa. Desde 2011 venho pesquisando a tese da hiperburocratização da educação e da produção de conhecimento científico, numa linha que tem semelhanças, apontando para os riscos de desumanização da educação e de alienação dos atores educativos, agora por meio de uma radicalização da burocracia, ou burocracia digital.

Quais são os primeiros passos que

O Brasil precisa dar para melhorar sua educação?

Não há receitas intemporais ou universais. Procurar soluções atomizadas, ou simplesmente importadas, para a educação seria uma ingenuidade. Nos nossos países, herdeiros de um longo descaso das elites quanto à educação pública, não sei se haverá primeiros passos. Teremos de fazer muitas coisas ao mesmo tempo e a um ritmo mais elevado do que aqueles países que construíram sistemas públicos de educação de qualidade, por vezes ao longo de um século. Para isso, é preciso construir consensos mínimos em termos políticos, fazer investimentos continuados, políticas estruturais e não apenas uma sucessão de estratégias e de programas de curto prazo. Educação é cultura, nunca muda de repente e de acordo com as nossas urgências. E numa sociedade democrática nunca muda à força, sem negociação, indiferente às diferenças, como se as comunidades escolares fossem entidade abstratas, não habitadas por pessoas concretas, sem vez e sem voz. Finalmente, conviria não esquecermos que não é possível democratizar e melhorar a educação sem democratizarmos as políticas sociais e melhorarmos o emprego, a saúde, a distribuição de renda e a justiça fiscal, sem lutarmos contra as desigualdades de todo o tipo que apoucam e discriminam o outro.

Cássia de Oliveira e Paula Barcellos, estudantes do 8.º e 5.º semestres de Jornalismo da Fabico



Museus e desenvolvimento

Ibram *Gestão de instituições culturais é motivo de preocupação em tempo de recursos escassos*

Everton Cardoso

Entre os dias 30 de maio e 4 de junho acontece, em Porto Alegre, o 7.º Fórum Nacional de Museus. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e com apoio dos Museus da UFRGS e da PUCRS, o evento pretende promover discussões sobre políticas e modelos para o setor. O atual presidente da instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura, Marcelo Mattos Araújo, concede entrevista exclusiva ao JU e fala sobre a situação atual do órgão do qual está à frente e das instituições por ele coordenadas. Antes de ocupar a atual posição, foi diretor do Museu Lasar Segall, na capital paulista – instituição ligada ao Ibram –, de 1997 a 2001, e diretor da Pinacoteca do estado de São Paulo de 2002 a 2012. Depois disso, também foi Secretário de Cultura do estado de SP.

Em que direção seguem as políticas do Ibram?

Temos uma realidade extremamente rica em termos de museus no Brasil, com experiências diversificadas. E o Instituto tem um duplo papel. É o órgão gestor direto de 27 unidades presentes em nove estados. Além disso, também gere o Sistema Brasileiro de Museus – que foi implantado em 2003 e trouxe visibilidade à área museológica brasileira. Isso mostra um nível de maturidade que esse

setor conquistou. Procuramos, então, coordenar ações visando à formulação e ao aprimoramento de políticas de fomento nos planos federal, estadual e municipal. Neste ano, por exemplo, lançamos o Registro dos Museus, que é uma plataforma que permite uma visualização mais clara e definida desse universo.

Como é a gestão dos museus próprios do Ibram e que papel eles têm?

Esses 27 museus próprios já dão uma ideia da diversidade do cenário museológico no país. Há grandes museus, como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional – ambos no Rio de Janeiro (RJ) – e o Museu da Inconfidência – em Ouro Preto (MG). São de grandes dimensões, com acervos numerosos, e têm importância na construção da memória brasileira. Também temos sob nossa responsabilidade museus de menor porte. São os casos do Museu das Missões, em São Miguel das Missões (RS), e do Museu Casa Histórica de Alcântara, em Alcântara (MA). Esses são elementos importantes de preservação e construção das memórias locais, além de participarem da ativação de sistemas produtivos nas localidades em que estão.

Como o Ibram trabalha no sentido de estabelecer uma relação

com o público?

Essa é a grande responsabilidade que a museologia conquistou e consolidou. É preciso justamente construir uma relação e uma experiência com as pessoas. Isso vale para todas as instituições, que devem buscar a construção de uma experiência de qualidade e ainda a ampliação e diversificação do público que as frequenta. Esses princípios devem estar impregnados nas equipes dos museus, que precisam ocupar papéis de relevância nas comunidades em que estão inseridas. Temos uma situação histórica dos museus como depósitos de objetos, mas hoje já se trabalha para que estejam vinculados às comunidades e se coloquem como instrumento de desenvolvimento social e cultural.

Que lugar têm os interesses do público visitante?

O desafio para os museus é trabalhar com o objetivo de ir ao encontro das perspectivas do público para construir a relação museológica. Não é um antagonismo, mas um processo dialógico em que se constroem as memórias. Como a diversidade é imensa, cada museu deve atuar na sua comunidade, desenvolver iniciativas distintas, específicas e criativas. É um cenário em que o exercício da criatividade ganha cada vez mais espaço. Uma referência que temos fomentado nessas instituições é

o inventário participativo. Nessa ação, busca-se envolver comunidades na catalogação de peças que serão trabalhadas pelo museu. A ideia é envolver essas pessoas nas etapas iniciais do processo para que tenham participação ativa e os acervos sejam reconhecidos como testemunhos de suas memórias.

Que ações têm sido realizadas para formar pessoal especializado para trabalhar na área?

Temos buscado oferecer cursos presenciais, seja na sede do Ibram, no Rio de Janeiro, seja nas unidades. Temos trabalhado muito em parceria com diferentes órgãos em atividades a distância para conseguirmos atingir um público maior e mais amplo. Também fizemos parcerias com sistemas estaduais de museus para o incentivo a atividades de formação e capacitação. E um número significativo de universidades mantém cursos de Museologia que são instâncias de capacitação e formação.

Qual a situação orçamentária do Ibram?

Nosso país atravessa uma crise econômica severa e que atinge todas as áreas. A cultura sofre sempre diretamente os primeiros impactos. Temos acompanhado com preocupação a situação de muitas instituições. Algumas privadas têm sofrido o impacto, inclusive com fechamento ou di-

minuição de horário. As públicas também têm passado por redução de orçamentos. É um processo que vem já desde 2015, ou seja, são três anos desses desafios. Mas toda crise é uma oportunidade para reavaliar e pensar soluções. Os museus podem buscar parcerias com a sociedade civil, órgãos e universidades. Isso pode ser um caminho para ultrapassar esse momento e construir soluções possíveis para essa realidade. Além disso, temos lutado muito e buscado a defesa dos orçamentos para a área da cultura e para os museus. Por isso, trabalhamos para aumentar a interlocução com parlamentares em todos os níveis para a definição dos orçamentos e de emendas.

Como os museus mantidos pelo Ibram têm lidado com este momento de escassez de recursos?

Houve um contingenciamento recente no Ministério da Cultura. O ministro Roberto Freire já manifestou em diversas ocasiões que essa realidade traz preocupação para as atividades, mas a prioridade é a continuidade do funcionamento dos equipamentos do Ministério, ainda que muito abaixo do que gostaríamos. Existe, há muitos anos, a orientação para que todas as nossas unidades, por meio das associações de amigos, busquem parcerias com a iniciativa privada. O Ibram assume a responsabilidade pela manutenção básica, mas é importante que diretores e equipes busquem parcerias.

O Instituto tem algum tipo de política ou projeto para auxiliar instituições privadas que passem por dificuldades?

Temos acompanhado a situação dessas instituições privadas. O Museu de Arte Naïf, no Rio de Janeiro, encerrou as atividades; o Museu Iberê Camargo, em Porto Alegre, está operando com horário reduzido. São exemplos instituições de destaque e que passam por dificuldades. Pensamos, inclusive, em um programa específico para auxílio na operação dessas instituições. Infelizmente, essas iniciativas estão suspensas até que tenhamos uma situação orçamentária que as possibilite. O Ministério e o Ibram têm colaborado para orientar essas instituições e facilitar, na medida do possível, para que possam se beneficiar da Lei Rouanet, por exemplo. Reconhecemos que é um momento difícil para a obtenção de patrocínio, mas, somada a outras iniciativas, essa pode oferecer alternativas de sustentabilidade para as instituições.

FOTO ARQUIVO IBRAM





PAOLO CUITTITA / FLICKR - LICENÇA CC BY 2.0



Obstáculo para a paz

Em Hebron, maior cidade da Cisjordânia ocupada, muros e torres militares são marcas da disputa territorial entre israelenses e palestinos

Oriente Médio Israel aprova assentamento na Cisjordânia e dificulta diálogo com comunidade palestina

A eleição do republicano Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos já aponta consequências no plano mundial: o primeiro-ministro israelense e líder do partido conservador Likud impulsiona ações que rompem decisões internacionais. Em janeiro, foi violada a resolução do Conselho de Segurança da ONU que exige a cessação imediata da expansão e da manutenção das colônias em terras palestinas. “O status ético e jurídico sobre a legalidade dos assentamentos necessita de contextualização histórica. Houve inúmeras guerras sectárias e os países europeus, pós-Segunda Guerra Mundial, dividiram a região conforme seus próprios interesses”, afirma André Lajst, colunista do jornal “The Times of Israel” e diretor executivo do Instituto Brasil-Israel.

O Plano de retirada unilateral de Israel, elaborado em 2005, removeu as 21 colônias da Faixa de Gaza e as quatro no norte da Cisjordânia. Todavia, as Colinas de Golan, as propriedades na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental são governadas pela lei civil de Israel, consideradas ilegais pela comunidade interna-

cional. Lajst explica que a questão está relacionada ao fato de uma parte da população querer morar na região para se conectar com essa terra. “Perante a Suprema Corte Israelense, esse grupo pediu a legalização da construção dos assentamentos na Cisjordânia. Para isso, foi usada como argumento a Lei da Terra Morta, criada no domínio dos Otomanos. Segundo essa lei, se você tem uma região com um pedaço de terra que está mais ao centro de seu vilarejo e que você não cultiva há mais de 3 anos, pode haver a apropriação dessa terra. Esse argumento foi usado para apelação, e a Suprema Corte legalizou a construção civil”, explica.

Política e religião – Raúl Henrique Rojo, professor do Departamento de Sociologia da UFRGS, relaciona a dificuldade em solucionar a problemática dos assentamentos com a estruturação do sistema político israelense: “Israel é, em sua constituição, um país laico. Contudo, seu sistema, que pulveriza as representações políticas, trouxe como resultado uma grande importância aos partidos religiosos, predominando a ideia de que esses territórios ocupados, reivindicados pelos palestinos, formam parte desse Israel Bíblico. Quando a direita começa a governar, em 1977, é mais fácil conseguir que a visão de autoafirmação e de povo eleito se concretize”, analisa.

Rojo teme que os assentamentos sejam inegociáveis: “O que se viu no período Obama foi a conduta de não simplesmente manter os assentamentos no tamanho e com

a população que têm, mas, sim, de torná-los maiores e intensificar a urbanização de Jerusalém Oriental ou criar populações satélites em torno das cidades palestinas”. Para ele, as colônias podem facilmente se converter em bases militares, o que é outro empecilho. “Talvez o mais perigoso seja a presença e a vinculação dos colonos, através de estradas militarizadas, que, de alguma maneira, dividem todo o território palestino, convertendo a Cisjordânia em um cenário de

demolições em menor ou maior tamanho”, ressalta.

Com relação ao governo de Trump, Raúl classifica as ações do presidente como imprevisíveis. “São mais uma gesticulação do que um ato verdadeiramente importante. O que ele tem feito até agora é bastante negativo, porque nomeou um embaixador em Israel que, antes de assumir o cargo, afirmou que iria colocar a embaixada em Jerusalém, que é capital religiosa e um território discutido. Quase todos os

países ocidentais reconhecem Tel Aviv como capital. Trump, numa das poucas locuções específicas sobre Israel, quando recebeu Benjamin Netanyahu em Washington e depois em Nova York, disse que estava aberto tanto a uma solução de dois estados como a de um estado só. Modificou a doutrina do reconhecimento da existência da Palestina”, enfatiza.

Camila Souza, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Ocupação agressiva

Nader Baja, brasileiro de descendência árabe-palestina, foi para Ramallah aos 5 anos de idade. Morou 17 anos na região da Palestina e vê o conflito sob outro ângulo, o da opressão: “Tem um poder israelense que dita as regras para você. Eles controlam o direito de ir e vir, de propriedade e os recursos naturais. Vivíamos com a ocupação militar israelense. Não dava para esquecer isso. Eu estudava numa escola que ficava numa estrada. Havia grafada, na entrada, a frase árabe ‘O conhecimento é a arma do retorno’. Quando invadiram a escola, em 1997, destruíram essa frase e colocaram veneno no poço da água da escola e rapidamente o professor avisou para ninguém tomar água naquele dia. Ficaram duas semanas e transformaram a escola numa base militar”, conta.

Na visão de Nader, os assentamentos representam uma afronta ao povo palestino e começaram quando surgiu o movimento sionista. “As colônias surgiram em 1878, no final do Império Otomano. Dois órgãos foram criados: o Fundo Nacional Judaico e a Agência Judaica (incentivo de judeus para irem à palestina). Em 1858, já se falava em assentamentos, antes da criação oficial de Israel, porque tinha capital e pessoas chegando”, analisa. Para ele, o grande problema é a transformação de um conflito político em algo religioso: “A Palestina está no coração do mundo. É uma questão histórica, abarcando as três grandes religiões. Têm o Mediterrâneo, o Mar Vermelho e o Canal de Suez, as passagens marítimas vitais para o comércio internacional. Ademais, há o petróleo. A escolha da

Palestina para o território de Israel está ligada também espiritualmente, em razão dos locais sagrados. Fica muito mais fácil assim convencer a população judia do porquê de se ter um estado nesse local”, pontua.

Soraya Misleh, especialista em Cultura Árabe pela Universidade de São Paulo, compactua com o sentimento de opressão vivenciado por Nader: “Estive três vezes na Palestina (na Cisjordânia, em Jerusalém e nos territórios palestinos de 1948, onde hoje é Israel). Só consegui entrar uma vez. Nas outras duas, Israel, que controla também a fronteira, negou minha entrada, dizendo que sou ameaça à sua segurança. O que vi foi uma ocupação de terras desenfreada por parte de Israel. Conheci lugares como Silwan, em Jerusalém, em que havia a ordem israelense de demolição de 1.500 casas palestinas para a construção de um parque nacional. Ali se pode ver a face agressiva da colonização nua e crua”, afirma.

Para ela, estar na Palestina foi uma reconexão com a sua origem: “Fui ao local onde antes ficava a aldeia de Qaqun, em que meu pai nasceu. Hoje, essa aldeia fica em Israel, a apenas seis quilômetros da cidade de Tulkarem, na Cisjordânia. Mudaram a paisagem do local e constituíram o Parque Nacional Kakoon sobre as ruínas da aldeia. Apesar da impactante e indignante colonização, a generosidade e a hospitalidade dos palestinos fazem com que todos os que vão para lá queiram retornar. Foi emocionante estar onde remontam minhas raízes. Foi também triste sentir na pele a segregação desde a fronteira”.



Mais informações para intolerantes à lactose

Saúde Nova
lei pretende
auxiliar os 40%
da população
brasileira
que possuem
restrição ao
consumo de
laticínios

A partir deste ano, a indústria alimentícia tem de se ajustar à nova forma de indicação, nas embalagens, da presença de lactose na composição de produtos; deve, agora, seguir a lei 13.305/2016. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 40% da população brasileira tem intolerância à lactose. O professor de Bioquímica e Microbiologia de Alimentos do Departamento de Ciência de Alimentos da UFRGS Javerson Frazzon esclarece que o aparente aumento de intolerantes no país é, na realidade, mais acesso a informação sobre a doença. “O público em geral conheceu a intolerância à lactose recentemente, então a pessoa sofria e não sabia o que era”, justifica.

O homem é o único mamífero na escala animal que continua ingerindo leite depois dos primeiros anos de vida. Com a formação de sociedades, o ser humano começou a explorar a terra e também os animais. Um desses animais foi a vaca, então surgiu o hábito de se alimentar com leite, mas de outra espécie. “Na Ásia e na África, onde o número desses animais é menor e não se criou esse hábito, encontramos regiões com 90% de pessoas com intolerância à lactose. Já nos países nórdicos europeus, encontramos no máximo 5% de intolerantes, porque eles sofreram uma adaptação genética ao longo do tempo; por não pararem de

tomar leite, a produção de enzima lactase continuou”, explica Javerson. A enzima lactase é responsável por digerir a lactose (o açúcar do leite): a enzima faz a hidrólise, que é a separação da glicose e galactose, e esses açúcares livres são absorvidos. É a deficiência de enzima lactase no organismo que faz uma pessoa ser intolerante, ou seja, incapaz de digerir a lactose. Esta, então, acaba sendo absorvida pelas bactérias que estão no intestino grosso e gera os sintomas de desconforto – dor abdominal, vômito, diarreia, aftas e distensão abdominal. A mestrandia em Nutrição pela UFRGS Bruna Cherubini afirma que a causa da intolerância à lactose é genética e que a produção de lactase diminui com o passar dos anos: “Muita gente por restringir o consumo de

leite e derivados (independente do motivo), acaba diminuindo a produção de lactase e desenvolvendo a intolerância, pois o consumo de laticínios é como um estímulo para sua produção”.

Dieta com restrição à lactose – Bruna comenta que, para intolerantes, é recomendada uma dieta com baixo teor de lactose com variações de quantidades de acordo com o grau de intolerância. “Alguns conseguem digerir um copo de iogurte, outros não conseguem digerir nada. E se o paciente tem alguma tolerância à lactose sempre orientamos o consumo de uma quantidade mínima do açúcar para que continue estimulando a produção da enzima. É muito difícil ter uma dieta restritamente sem lactose, só se o paciente for

muito intolerante”, pondera.

Nos últimos três anos, a disponibilidade de produtos com baixo teor de lactose – com a enzima lactase na composição – aumentou no mercado. O aumento na oferta facilita a dieta de pessoas com intolerância. É o caso da psicóloga Rosane Schotgues, que descobriu a condição há cinco anos. Para ela, que também é intolerante ao glúten, a restrição não foi um desafio: “Não foi difícil porque já estava acostumada a uma restrição alimentar grande. Não posso comer nada com aveia, trigo, centeio, cevada ou malte. Para mim, foi só uma coisa que eu tirei do cardápio”. Rosane não apresentava sintomas clássicos da intolerância à lactose, mas tinha muita urticária. O médico alergista lhe disse que estava ingerindo alguma coisa que

provocava aquela reação. A psicóloga desconfiou que pudesse ser intolerância à lactose e pediu para fazer o teste. “Ele achou que era pouco provável, disse que o exame era chato. Tive que insistir para fazer. Porque tem vários sintomas que não são típicos e os médicos não desconfiam”, reclama Rosane. Todas as restrições alimentares somadas à dieta de emagrecimento lhe renderam o livro *Diário de uma ex-gorda*, lançado em 2015. São diversas crônicas que falam de uma forma bem-humorada de como enfrentar as restrições alimentares e dietas de emagrecimento. “A ideia é levar com menos drama. As coisas não precisam ser tão difíceis”, resume Rosane.

Cássia de Oliveira, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

O aumento da oferta de produtos sem lactose ou com baixo teor da substância e a maior quantidade de informação sobre o tema têm facilitado a vida das pessoas que têm intolerância



FLAVIO DUTRA/JU

Nova legislação

A lei que entrou em vigor neste ano regulamenta a rotulagem de produtos com lactose – anteriormente não existia uma lei específica referente à substância. A partir de agora, todos os alimentos com mais de 1mg de lactose por 100g ou 100ml do produto deverão informar no seu rótulo que “possuem lactose”. Com até 1 mg (1%) de lactose, o alimento é classificado como “baixo teor de lactose”; e com até 0,1 mg (0,1%) de lactose como “zero lactose”. Em países como Austrália, Nova Zelândia e Japão, um produto só pode ser considerado como “zero lactose” se realmente não apresentar nenhum traço da substância. Os alimentos hoje rotulados como zero lactose no Brasil não são 100% isentos dela e, mesmo com a nova lei, os produtos não ficaram totalmente livres.

Segundo o professor Javerson Frazzon, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) inicialmente estava se

baseando na legislação dos países nórdicos (Suécia, Noruega e Finlândia) nas discussões para a nova lei no Brasil. Nesses países é considerado “zero lactose” produtos com até 0,01 mg de lactose por cada 100g ou 100 ml do alimento. De 0,01 mg a 1mg, como “baixo teor de lactose”; e a partir de 1mg “com lactose”. É uma proporção razoável para intolerantes, de acordo com Javerson. Mas a Anvisa, na última hora, fez uma mudança na categorização. Ao invés de seguir a legislação dos países nórdicos, aumentou em dez vezes a quantidade permitida de lactose para classificar como “zero lactose”. “Os números parecem baixos, mas para quem tem intolerância não é. As taxas de intolerância entre os indivíduos são variadas, depende da sensibilidade de cada um. Então, há pessoas que mesmo estando no rótulo zero lactose, vão sentir os sintomas”, comenta o professor. Javerson acredita que a mudança foi

feita por exigência da indústria alimentícia pelo gasto maior dispensado para gerar um produto com 0,01% de lactose e que a adaptação da indústria às novas regras não será tardia, já que existe uma concorrência entre as empresas para lançar os produtos no mercado.

O professor Javerson lembra ainda que a regulamentação irá auxiliar pessoas com intolerância a identificar se um alimento mesmo não sendo laticínio possui lactose: “Temos a ideia que um pacote de salgadinho, por exemplo, vem só o salgadinho ali, mas não; é uma composição de várias coisas. A indústria de laticínios gera muito subproduto como o soro de leite, por exemplo. Esse material é reaproveitado em outros produtos como pães e biscoitos. Logo, esses alimentos também possuem uma quantidade significativa de lactose para um intolerante e também terão que ser rotulados de acordo com a nova lei”.



Participação feminina

Representatividade Livro conta a história de mulheres que contribuíram para a história do Brasil, mas permanecem desconhecidas

“Um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal”, escreveu Carolina Maria de Jesus. A escritora, que nasceu em Minas Gerais, mas viveu em São Paulo, representa a mulher negra, favelada, e registrou a reflexão em seu livro *Quarto de Despejo*, de 1960. Durante muitos anos, Carolina não apareceu na Literatura; agora, porém, integra a lista leituras obrigatórias para o Concurso Vestibular da UFRGS em 2018. A autora é apenas um exemplo das mulheres que contribuíram para a construção da história e da cultura do Brasil, e que, ainda assim, não têm suas próprias histórias contadas. Pensando nisso, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a Fundação Joaquim Nabuco lançaram o livro *Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres*. A obra reúne textos sobre 18 mulheres de diversas áreas que tiveram alguma contribuição nacional ou para suas comunidades – incluindo a história de Carolina.

Uma das organizadoras do livro, Maria Elisabete Arruda de Assis, diretora do Museu da Abolição, do Recife, afirma que não foi uma seleção aleatória. Em 2016 foi lançado um catálogo do programa Ibermuseum, em parceria com oito países Ibero-americanos, que homenageava 120 mulheres expressivas suas culturas e sociedades.



FOTO: AUBALDO DANTAS/DIVULGAÇÃO

Moradora da favela do Canindé, em São Paulo, Carolina Maria de Jesus se tornou uma das maiores escritoras negras do país ao refletir sobre o cenário de desigualdade

O livro trazia uma reflexão sobre a presença feminina em instituições museais. “No Brasil, verificamos que não temos uma representatividade muito grande das mulheres nos museus. Isso nos induziu a fazer uma reflexão, a pensar em mulheres que estejam à margem dos museus”, ressalta Elisabete. A partir daí surgiu a ideia de escrever o livro e de buscar realizações de mulheres também fora dessas instituições, seguindo os mesmo

quatro eixos do catálogo: a afirmação das artes; a luta pelos direitos e igualdade de gênero; a construção de símbolos e mitos em torno do gênero; e a preservação da herança e do patrimônio cultural.

Nesse sentido, Elisabete explica que surgem histórias mulheres de diversas áreas de atuação e diferentes regiões do Brasil. É o caso de Bertha Maria Julia Lutz, que tem um papel extremamente importante do ponto de vista da educa-

ção, na influência em instituições museológicas e na luta pelo voto feminino. Outros exemplos são a

própria Carolina Maria de Jesus – que tem uma representatividade internacional na literatura, mas, em museus, nada – e Margarida Alves – líder campesina assassina cuja morte levou à instituição de uma luta nacional pelos direitos e pela qualidade do trabalho da mulher na área rural, a Marcha das Margaridas. O livro chama atenção para várias invisibilidades e mostra que nem todas essas representantes do feminino estão em instituições museológicas, nem são reconhecidas ou patrimonializadas. “Acho que o mais importante de tudo é cristalizar a importância do papel da mulher na sociedade, num mundo machista em que a gente vive. E que elas sirvam de exemplo para a nossa juventude”, enfatiza Elisabete.

O livro está disponível gratuitamente para download na página do Ibram e no site da Instituição Joaquim Nabuco. A ideia, segundo Elisabete, é que a obra seja publicada em papel em 2018, mas, por contingência de recursos, ainda não foi possível.

Paula Barcellos, estudante do 5º semestre de Jornalismo da Fabico

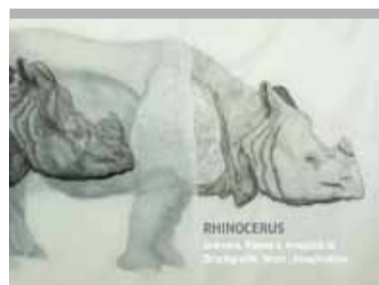


Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres

Maria Elisabete Arruda de Assis e Taís Valente dos Santos (orgs.)

Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016

246 páginas



Rhinocerus: gravura, palavra, imaginário

Helena Kanaan (org.) | Porto Alegre: Libretos, 2016
280 páginas | R\$ 35 (preço médio)

Imaginário em circulação

Imagine-se o efeito da chegada de um rinoceronte a Portugal, em 1515, como presente ao rei Dom Manoel I. A gentileza fora feita pelo sultão Muzafar II, que governava território situado na península que hoje conhecemos como Índia. Tanto é que o presente foi, depois, enviado ao Papa Leão X – gentileza essa impedida por um naufrágio. O impacto dessa exótica aparição em continente europeu certamente impeliu o artista Albrecht Dürer (Nüremberg, 1471-1528) a fazer uma xilogravura retratando o animal que ele nunca vira ao vivo. Para fazer o seu *Rhinocerus*, partiu apenas da descrição e de um esboço contidos na carta que um amigo seu recebera de algum interlocutor português. A imagem, portanto, foi feita a partir do que circulava na imaginação desses sujeitos, como enfatiza Helena Kanaan na apresentação do livro *Gravura, palavra, imaginário*, do qual é organizadora. A gravura, ainda, foi reproduzida por muito tempo – apesar de incorreções científicas – como ilustração do animal em livros de

História Natural. Para comemorar os 500 anos de circulação dessa emblemática imagem, o Núcleo de Arte Impressa do Instituto de Artes da UFRGS e o Goethe-Institut organizaram um seminário e uma exposição que, mais tarde, deram origem ao livro que ganhou edição bilíngue em português e alemão. Além dos textos dos conferencistas, há uma caderno em cores com imagens das obras e de alguns de seus detalhes combinados com textos dos artistas que, na ocasião, produziram releituras do trabalho do pintor, gravador, desenhista e ilustrador que tanta influência exerceu sobre seus pares alemães e neerlandeses do século XVI. Entre os convidados estão Eduardo Haesbaert, Helio Ferverza, Maristela Salvatori, Mirian Tolpolar, Paulo Chimendes e Sandra Rey. As orelhas do livro trazem um jogo de memória de 18 peças feito a partir da produção do Núcleo de Arte Impressa (IA/UFRGS) com técnicas como calcogravura, serigrafia, frotagem e monotipia. (Everton Cardoso)



Xadalu: movimento urbano

Adauny Zimovski, Carla Joner, Dione Martins (orgs.) | Porto Alegre: Joner Produções, 2017

140 páginas | R\$ 50 (preço médio)

Arte urbana e território

Não é comum que a produção artística que se realiza em perspectiva subversora chegue a formas clássicas de publicação como o livro. O “indiozinho” – diminutivo que se tornou referência comum aos stickers colados em placas de trânsito, outdoors ou paredes de prédios por Xadalu – tem esse caráter “ilegal” mas, ao mesmo tempo, característico das formas de expressão de grupos ou agentes que não têm identidade com espaços tradicionais de manifestação. No livro, ensaios rápidos de Vitor Mesquita, Francisco Dalcol, André Venzon e Adauany Zimovski tentam apontar paradoxos dessa estratégia. Entre eles, está a proposição de territórios visuais que colocam a questão indígena como arte urbana em uma tentativa de demarcação de áreas em ambientes em que índios são marginais – as cidades. Conforme aponta Dalcol em um dos textos da publicação, remontam às primeiras manifestações nos metrô e ruas de Nova York nos anos 1970, passando por uma certa institucionalização e reconhecimento artístico nos anos 1980

– vide Basquiat e Keith Haring – mas com uma origem que volta inegavelmente a tempos muito mais remotos como Pompeia ou mesmo à arte rupestre característica das culturas ameríndias. Por aqui, Xadalu cola seus indiozinhos desde 2005. São vistos em Porto Alegre e em cidades do interior, mas estão espalhados pelo Brasil e mais de 60 países – adesivos se disseminam via correio ou por meio do intercâmbio entre artistas. Financiado pelo Pró-Cultura RS, o fundo de apoio à cultura estadual, o livro traz, além dos ensaios breves, texto do artista, imagens de seus trabalhos e um “caderno pedagógico” para ser trabalhado em sala de aula. Contém, ainda, uma conversa de Xadalu com Toniolo, figura conhecida em Porto Alegre por utilizar adesivos como forma de manifestação. Os textos, que têm versão em inglês e guarani, mereciam uma edição mais cuidadosa: soam demasiadamente elegíacas adjetivações como “caráter visionário” ou “trabalho heróico e verdadeiro”. (Flávio Dutra)



Noll e a memória

Literatura O legado de um dos maiores romancistas do país é relembrado por aqueles que com ele conviveram

“Percebi que as circunstâncias tinham me vencido mais uma vez. Eu, que queria fugir delas para ir atrás de um estado improvável em que eu fosse dominado pela inconsequência”. Assim escreveu João Gilberto Noll em seu último livro, *Solidão Continental*, lançado em 2012; revelava, pois, uma constante em suas obras: a fragilidade da condição humana.

No final do mês de março, o escritor faleceu. Deixou um legado de 18 obras e cinco prêmios Jabutis. Nascido em Porto Alegre em 1946, Noll era formado em Letras – estudou na UFRGS, mas concluiu seus estudos no Rio de Janeiro. Atuou, também, como jornalista. Seu primeiro livro, *O cego e a dançarina* foi publicado em 1980 – pelo qual já ganhou seu primeiro prêmio Jabuti. As décadas de 1980 e 1990 foram marcantes, quando já era citado como referência em romance no Brasil.

Leitor da realidade – Na análise do professor de Literatura Brasileira da UFRGS Guto Leite, Noll escreveu uma literatura que recusava uma visão asséptica da vida, o que difere muito da atualidade. “Ele estava fazendo literatura de descoberta, que vai investigar o que é a matéria da vida. Ao passo que me parece que o nosso tempo está menos interessado nisso”, opina. Para o docente, o romancista tinha uma literatura exigente, complexa e que nos permite fazer uma leitura dos dias de hoje. Assemelha-se às produções de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector – colegas de geração –, no sentido de ser muito penosa no seu próprio exercício, entretanto, com as suas peculiaridades. Ocorreram alguns encontros entre o professor e o escritor em eventos literários e culturais. O mais marcante, para Guto, foi quando ele estava lançando seu primeiro livro de poesias e Noll, após ler alguns versos, o elogiou. “Ele não tratava a literatura como brincadeira, então ele dizer isso me marcou muito. Parecia muito mais leve pessoalmente do que na literatura”, conta.

Em 2011, Noll foi o homenageado do FestiPoa Literária – evento cultural que debate a produção



FOTO: JAQUELINE JONER

e os prazeres por menores que fossem”, acrescenta. Fernando sempre foi muito entusiasta da Aldeia, centro multicultural em Porto Alegre, e alguns anos atrás decidiu levar Noll para conhecer o espaço.

Afeto e homenagem – Uma das fundadoras da casa e também jornalista, Nanni Rios têm lembranças vivas dessa ocasião: “Eles chegaram aqui em um dia que estava bem calor e nós sentamos para tomar uma cerveja. Chegou a Clarice Muller também, que é uma das organizadoras do FestiPoa Literária. Nós nos amamos de cara”. No meio da conversa, Noll contou que gostaria de realizar uma oficina em torno da linguagem. Assim, teve início uma relação entre o escritor e o espaço. No ano passado, sua última festa de aniversário foi celebrada no local – o escritor faleceu 18 dias antes de completar 71 anos. “Ele não tirava o sorriso do rosto. Estava feliz de ser celebrado como pessoa, e não como escritor, porque naquele dia era uma festa de aniversário comum entre amigos”, relembra a jornalista. Mesmo antes de conhecê-lo, Nanni sempre foi leitora de suas obras. Ela é uma das organizadoras do Sarau Erótico, que acontece no espaço, e conta que costumava ler trechos de obras do escritor. “O teor erótico dos escritos do Noll sempre me seduziu muito. Era carregado de muita referência, não era aquele erótico que cai só para descrição simples ou pornográfica das coisas”, relata. Seu livro preferido é *A Furia do Corpo*, em que os personagens são dois mendigos e, segundo ela, seriam a metáfora nua e crua do total despojamento social – eles não tinham nem direitos, nem deveres. O livro tem várias cenas eróticas, porém, sempre há um momento em que, no meio do erotismo, bate uma fome – pois eles não têm o que comer – ou eles se dão conta de que as pessoas não têm onde morar. “Dizem que há um governo sobre nossas cabeças e mesmo assim não têm o que comer. É um erótico muito mais real”, opina. Nanni conta que o escritor era bastante recolhido, na verdade, porque era apenas uma pessoa normal. Após a morte do romancista, a Aldeia realizou um evento em homenagem a ele e acabaram batizando com seu nome o espaço onde ocorriam as oficinas. “É dessa forma que nós pretendemos deixar a memória dele sempre viva; quando alguém perguntar quem é, nós poderemos contar a sua história”, explica.

Paula Barcellos, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabco

literária contemporânea. Ali começou uma grande amizade com o criador do evento e jornalista, Fernando Ramos. “No primeiro momento, o escritor poderia parecer introspectivo, não era um cara muito falante – era quase lacônico –, mas no que ele falava, conseguia expressar precisamente

sua maneira de ser, de celebrar a vida”, lembra. O jornalista conta que, quando Noll estava terminando de escrever *Solidão continental*, eles costumavam se encontrar em cafés e bares, e o romancista comentava que o livro não teria um tema explícito. “Trata da maneira como a vida política, econômica e

social está organizada hoje em dia – nessa forma global e neoliberal. Só torna as pessoas mais distantes e isoladas. Ele se indagava se o indivíduo teria alguma possibilidade de escolher, de romper esse sistema que é opressor e que acaba desumanizando ou não deixando muito espaço pra humanidade, para a busca da liberdade individual, para ser feliz. Ele falava muito sobre isso”, relata. Essa preocupação aparece como uma situação recorrente em suas obras: um personagem solitário que se modifica em vários livros pela sua definição social, mas a essência é de alguém que está em movimento para buscar essa saída, uma afirmação da vida. “Se notava, nesses encontros, um jeito e uma maneira de encarar a vida valorizando cada momento, buscando as alegrias

Última entrevista

A entrevista que João Gilberto Noll concedeu ao programa Folhetim, da Rádio da Universidade, e que foi ao ar em 18 de março deste ano, tratou da relação da sua literatura com a cidade, de suas experiências nas oficinas, e ainda, dos planos para escrever um novo romance. A repórter Cláudia Petersen conta que sabia que ele não gostava de dar entrevistas, por isso estava receosa, mas revela que o escritor era muito falante. “Ele tinha uma cadência para falar. No primeiro momento,

comecei a interromper, por ser rádio, mas depois vi que não seria uma entrevista com João Gilberto Noll se eu não desse esse tempo”, rememora. Após a entrevista, Cláudia conta que percebeu o quanto as pessoas não conheciam o romancista, o quanto ele não foi lembrado – assim como muitos outros escritores. “Ele é estudado nas Universidades, mas não está na Feira do Livro ou escancarado nas livrarias. Acaba que as pessoas se lembraram dele quando morreu”, desabafa.



DESTAQUE



A escola no teatro e o teatro como escola

Artes Dramáticas TPE comemora três anos levando arte dramática para estudantes da rede pública de Porto Alegre

Com o objetivo de atender a uma demanda de colégios, o projeto TPE Escola chega ao quarto ano como extensão do Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão. No ano passado, a procura aumentou em mais de 100%. Em uma quarta-feira de cada mês, ocorre a sessão especial na qual estudantes de séries iniciais até o EJA são recebidos na Sala Qorpo Santo, no Campus Centro, para assistir à peça em cartaz, produzida por graduandos do curso de Teatro. Ao final acontece um debate sobre o espetáculo entre os estudantes visitantes e os alunos da UFRGS.

A bolsista do TPE Escola Bruna Klein diz que a aprendizagem não é apenas para os estudantes que vêm assistir a peça, mas também aos

graduandos que realizam a peça, ambos aprendem um com o outro. O projeto pode ser visto como uma pequena companhia de teatro na qual os estudantes, além de aprenderem a atuar, experimentam o processo todo da peça. “Trabalhar na produção é algo que às vezes falta na universidade, pois não é o foco do curso”, esclarece Bruna. De acordo com uma das coordenadoras do TPE Escola e professora do Departamento de Arte Dramática, Inês Marocco, é um momento de rico aprendizado: “Eles aprendem tudo: desde marketing a confecção do material gráfico do espetáculo”.

Em 2017, o projeto apresentará duas peças infantis: *A história das cores*, com temporada neste mês, e *A*

jujuba é minha, em outubro. A estudante de Teatro Bruna Casali, que está no elenco do primeiro espetáculo, conta diz que é preciso ter cuidados quando se trabalha com esse público. “As crianças são muito participativas e entram na história de maneira muito vívida. Além disso, existe o fato de que estamos formando plateia. Muitas vezes, essa é a primeira vez que elas vão ao teatro e, por isso, é necessário ter um cuidado para que o discurso do espetáculo seja lúdico e transmita assuntos relevantes”.

O TPE Escola ainda pretende criar materiais para que os professores possam trabalhar com questões e conteúdos referentes ao teatro na sala de aula também, antes e depois da vinda à Universidade.

CINEMA



Mostra Tela Indígena

Ciclo organizado pela Sala Redenção em parceria com o Núcleo de Antropologia de Sociedades Indígenas e Tradicionais que visa divulgar a pluralidade das culturas indígenas.

MARTÍRIO
(Vincent Carelli, Brasil, 2016, 160min)
Sessão: 17 de maio, 19h

TEATRO

A História das Cores

O Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão apresenta em maio a temporada do espetáculo infantil “A História das Cores”. Como seria o mundo se as cores sumissem? É isso que Luzia, uma menina de 11 anos, está descobrindo enquanto mais um aniversário se aproxima.

Apresentações: quartas-feiras de maio (dias 3, 10, 17, 24 e 31), às 12h30 e 19h30.
Local: Sala Qorpo Santo
Entrada franca
Classificação indicativa: a partir de 6 anos.

MÚSICA

Unimúsica – Concerto Arnaldo Antunes

Retirada de ingressos através da troca de um livro, em bom estado, a partir de 02 de maio, às 9h, na bilheteria do Salão de Atos da UFRGS.

Apresentação: 04 de maio, 20h.
Local: Salão de Atos da UFRGS

Sarau no IA - Recital com alunos

Apresentação: 08 de maio, 17h30; 15 de maio, 12h30; 20 de maio, 12h; 29 de maio, 17h30.
Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS
Entrada franca.

EXPOSIÇÃO

Tambores Distintos

A mostra reúne trabalhos em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica resultantes das pesquisas desenvolvidas por dezoito artistas formados pelo Bacharelado em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS em 2016.

Visitação: de 23 de maio à 13 de junho, das 10h às 18h
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Entrada franca



Paisagens da memória: cidades e corpos em movimento

Por meio do acervo preservado pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, a exposição procura oferecer ao público contato com a memória esportiva da cidade de Porto Alegre que, desde as primeiras décadas do século XX, vem atraindo públicos e praticantes, transformando, assim, os espaços urbanos e suas paisagens.

Visitação: de 15 de maio a 29 de março de 2018, de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, e aos sábados, das 09h às 13h.
Local: Museu da UFRGS
Entrada franca.

PLANETÁRIO



Planeta Azul

(programa infantil, 45min)

O próprio planetário, dobrado em dois personagens, é o narrador central deste programa, que traça uma panorâmica da Terra, desde o nascimento do planeta até o surgimento e evolução da vida. Mast, o planetário adulto, e a nave Mast, seu lado infantil, levam os espectadores a uma viagem pelo Sistema Solar e pela história da Terra, apresentando os fatores principais que fizeram deste planeta azul um grande berço da vida.

Sessões: 14 e 28 de maio, 16h
Local: Planetário



Um passo de Júpiter

(programa adulto, 45min)

A superfície marciana é a base de lançamento da nave-fantasia que leva os passageiros ao gigante do Sistema Solar. Suas nuvens coloridas e a densa atmosfera são atrações da viagem, que apresenta também os hipotéticos habitantes que sobreviveriam no mundo gasoso de Júpiter.

Sessões: 14 e 28 de maio, 18h.
Local: Planetário

ONDE?

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Salão de Atos da UFRGS**
Rua Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4336

► **Sala Qorpo Santo**
Luiz Englert, s/ n.º, ao lado da Sala Redenção
Fone: 3308-3080

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/ n.º
Fone: 3308-3933

► **Museu da UFRGS**
Avenida Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Planetário**
Av. Ipiranga, 2000
Fone: 3308-5384



Recital do violonista Juan Almada

Apresentação: 25 de maio, 20h30.
Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS
Entrada franca.

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Entre encontros e trocas

Quem entra no Câmpus Centro pelo portão situado na Rua Sarmento Leite logo se depara com as escadarias que circundam o terraço em frente ao bar da Faculdade de Arquitetura. Se, na parte superior há mesas e cadeiras, nesses degraus de pedra em meia lua é possível encontrar bastante gente desfrutando do ar livre. Esse é o caso da estudante de Letras Laís Webber, que ali se senta para observar o movimento e para, com frequência, ser surpreendida por algum amigo. “Estou sozinha, fazendo nada ou lendo um texto, e passa uma pessoa que conheço. Paro e começo a conversar, e daqui a pouco acabo conhecendo outras pessoas de outros cursos”, conta. Do espaço, aliás, vislumbra-se a área arborizada situada nos fundos do prédio que hoje abriga a Rádio da Universidade.

Ficar sentada nos degraus de pedra se tornou um costume para a Laís desde quando cursava Jornalismo. Ela conta que ia ao câmpus com as amigas e que ficavam ali entre o almoço e as aulas. Uma das fases mais importantes de Laís também passou por ali: em 2010, assim que começou sua primeira graduação, se tornou bolsista da UFRGS TV. Conheceu muito sobre a prática jornalística naqueles arredores. No primeiro dia de trabalho da TV, por exemplo, aprendeu a configurar as filmadoras naquele espaço. “Para mim, foi muito marcante esse primeiro dia, por mexer nas câmeras e ver o que eu gosto mesmo. No final, eu ganhei o prêmio interno de cinegrafista do ano”.

Após concluir o curso de Jornalismo, no primeiro semestre de 2015, Laís conta que sentia falta de ser estudante e da sensação de pertencimento à Universidade. “Depois que me formei, passava aqui para cortar caminho e era muito estranho não fazer parte – além de não ser aluna da UFRGS, não ser mais estudante”, diz. Foi então que decidiu prestar vestibular outra vez, intenção que nutria há anos. “Eu já tinha ideia de fazer

Letras”, revela a estudante que agora cursa o terceiro semestre. Mesmo tendo a maioria das aulas no Câmpus do Vale, Laís não deixou de frequentar os bancos de pedra. “Agora, tenho aula na Faculdade de Educação volta e meia”, justifica.

Se antes Laís ficava no espaço com os amigos, hoje fica ali a espera deles. No curso de Letras, segundo ela, é mais difícil de formar grupos de amigos e organizar cadeiras nos mesmos horários. “Venho muito para cá sozinha e acho muito curioso, porque encontro todo mundo de tempos diferentes da faculdade. É como se desse para ver várias maneiras de a UFRGS ser”, compara. Para Laís, essa interação que o local dos bancos proporciona é o que tem de mais valioso ao estar em uma universidade e é o que representa a academia. “Acho que esse espaço do câmpus tem muito essa questão da troca e, para mim, é o que mais vale da faculdade. Estou tendo aula de uma coisa e encontro um amigo da Arquitetura que está tendo aula de outra, por exemplo, e a gente começa a discutir e associar conhecimentos”, explica.

O gosto pela conexão entre diferentes conhecimentos e por estar em constante aprendizado faz parte da identidade da Laís. A estudante trabalha e é sócia do estúdio de criação InvernoStudio, mas também já trabalhou com redação na revista Bastião e diz que tem interesse em dar aulas de português, espanhol e literatura. Para ela, é tudo uma questão de saber aproveitar as habilidades que tem. Quando pensa sobre seu futuro, vê-se fazendo um pouco de cada coisa: “Não consigo imaginar que a gente seja uma coisa só. Acho que todo mundo é várias coisas”.

Vanessa Petuco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Dançarina desde criança

Aline Haas *Bailarina e professora une dança e saúde em sua vida profissional*

“Tudo que construí foi pela dança. É tudo que tenho”, dispara Aline Haas, exibindo um sorriso. A professora do curso de Dança da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS (Esefid) ama viajar e ensinar, mas não gosta de cozinhar – mesmo que seu salmão seja famosos entre as amigas da época do João XXIII, colégio em que estudou a vida toda. De descendência italiana e alemã e natural de Porto Alegre, ela tem uma família que sempre a incentivou: “Meu pai é engenheiro mecânico, e minha mãe, professora. Ambos me apoiaram desde cedo. Já com sete anos, comecei a fazer balé. Lembro que me identifiquei de cara. O Stúdio Cris Fragoso, onde fiz as aulas, era a minha segunda casa. Na infância, amava colocar uma música e criar coreografias”.

Quando pequena, cogitou ser pediatra. Dedicada, gostava de estudar. Foi no ensino médio que começou a se interessar por biologia: “Pensei em ser médica novamente, mas vi que não continuaria dançando se seguisse essa profissão. Pensei então em fazer educação física. Na época, ainda não havia o curso de dança de Porto Alegre. Nunca quis fazer algo para ficar rica”, conta. Formada com 15 anos no balé clássico e dando aulas já com 16, Aline nunca quis ser bailarina: “Querida seguir algo mais intelectualizado”. Logo que entrou na UFRGS, em 1988, perdeu o hábito de dançar. Contudo, foi aprovada em uma audição para o Grupo de Dança Phoenix, no qual atuou por quatro anos.

Foi na graduação que decidiu unir a dança à área da saúde: tornou-se pesquisadora. Por isso, com

apenas 22 anos, foi para Córdoba, na Espanha, fazer doutorado. “Foi uma experiência linda. Realizei um estudo sobre antropometria e dança. Na volta ao Brasil, logo comecei a trabalhar. Fui professora substituta na Educação Física da UFRGS, em 1996”, rememora. Em 1999, Aline começou a lecionar na Ulbra, onde ajudou a construir o curso de Dança. Ela relata que começou a se dedicar, após a viagem, a pesquisas qualitativas com pessoas de terceira idade e cadeirantes. Trabalhou, também, na PUCRS por 10 anos, onde realizou pesquisas de nutrição e fisiologia na dança.

Em 2009, o curso de Dança foi fundado na UFRGS, e Aline resolveu prestar concurso para dar aulas aos estudantes de graduação. Seu primeiro projeto foi traçar um perfil da inserção das danças nas escolas de ensino fundamental do município. Em seguida, orientou a pós-doutoranda Sílvia Wolff, bailarina que, aos 33 anos, teve um AVC e conseguiu se recuperar por meio da dança. “Tive, durante três anos, o projeto de dança para pacientes com AVC, que foi de extensão e vinculado à pesquisa da Sílvia. A partir desse, a gente fez um novo projeto, que é o de aliviar os sintomas de pessoas com Parkinson pela dança”, relata.

Mulher independente e segura de si, houve um momento em sua trajetória no qual a solidão e a falta de confiança predominaram. “Quando fui para Córdoba, senti muita saudade da minha família, que é muito unida. Não havia a facilidade de falar por Skype, era só por telefone, o que era muito caro. Foi difícil. Fiquei basicamente um

mês inteiro lá chorado”, revela. Em 2005, o nascimento de sua primeira filha, Isabela, também mudou suas percepções. “Tive que alterar meu ritmo. Sou ativa, na época dava 40h de aula na Ulbra, dançava e ensinava pilates. Pesava 10 kg a menos do que hoje e, quando engravidei, fiquei menos independente, enjoava demais, não tinha vontade de dançar. Foi um estado meio depressivo, meu corpo mudou completamente. Precisei de adaptação. Depois que a gente tem o primeiro filho, nunca mais volta a ser o que era. Construí toda uma nova estrutura”, reflete.

Mãe do caçula Antônio, de 5 anos, de Isabela, de 12, Aline adora ir a festas desde sua adolescência. Debutou aos 15 anos e sempre dava um jeito de sair, mesmo que seus pais não deixassem. Gostava de namorar e, antes de conhecer seu marido, Ricardo, namorou surfista e foi até mesmo noiva. “Gosto de me relacionar, de conhecer pessoas, vou indo em tudo que é lugar”, enfatiza. A docente se considera livre de preconceitos e eclética: sua lista vai de Ed Sheeran a MPB. Ir a shows de rock era algo prazeroso, mas preferia economizar para viajar.

Hoje, Aline não tem tempo para dançar. “Desde que meu segundo filho nasceu, não faço aula regularmente. É algo de que sinto falta, porque a dança alimenta a alma”, desabafa. Os gestos de seu corpo expressam contentamento e uma singela saudade de dançar; a realização pessoal e profissional, porém, a preenche.

Camila Souza, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



FOTOS FLÁVIO DUTRA | TEXTO KAREN BRUCK

GAPA/RS

indignação, resistência, solidariedade

1989: ano das primeiras eleições presidenciais desde 1960. Para os esquecidos, até Sílvio Santos foi anunciado como candidato à presidência. Fernando Collor de Mello, do hoje extinto PRN, derrota Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Nesse mesmo ano, no mês de abril, surgia em Porto Alegre o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids - iniciativa de alguns poucos, reagindo ao cenário de ignorância, isolamento, preconceito e discriminação que imperavam frente à epidemia de Aids..

Nessa época, chegava à sede do GAPA todo o tipo de pessoas procurando ajuda: ricos, vindos com motorista particular que ficavam esperando na porta; pobres, vindos do interior sem ter onde passar a noite. Era tanto a fazer: consolar os companheiros, namorados, pais, explicar as formas de contaminação e os procedimentos de segurança ou ainda que não “pegava” usando o mesmo copo, o mesmo talher. Procurar abrigo para os expulsos de casa, levar uma palavra de carinho para os internados no Hospital de Clínicas ou comida em casa para os que ficavam sozinhos, abandonados pela

família. Distribuir preservativos, imprimir folhetos explicativos, negociar com a VARIG a importação de medicamentos recém-lançados.

O telefone tocando e a fila de pessoas buscando auxílio só aumentava: ajudar os desorientados com o resultado do teste na mão, orientar os demitidos pela condição sorológica, acionar judicialmente o Estado por negar atendimento a alguém, indicar a prostitutas e travestis como se defender da violência e barbárie da polícia civil e militar, propiciar a realização de encontros semanais ente as pessoas vivendo com Aids, percorrer hospitais oferecendo ajuda, realizar, na sede do GAPA, festinhas de Páscoa, Natal ou Dia da Criança para as meninas e meninos soropositivos da antiga FEBEM.

Nas segundas-feiras costumavam chegar caixas e mais caixas com doações de familiares que, muitas vezes, queriam se “livrar” dos pertences e da memória do seu familiar que havia falecido no fim de semana. Em cada caixa, uma vida: as roupas que usou, o último livro que leu, todos os remédios que tomou...

Duas palavras resumem o legado do GAPA: solida-

riedade e luta.

Nesses 28 anos, um verdadeiro batalhão de pessoas (em alguns momentos o GAPA chegou a ter mais de sessenta voluntários) ofereceram parte da sua vida à luta contra a Aids. A grande maioria com pouca ou nenhuma experiência em trabalho voluntário e muito menos envolvimento em batalhas contra o preconceito e a discriminação. Quem nunca tinha “lutado” contra a omissão, a prepotência, o autoritarismo, o preconceito aprendeu o valor do trabalho coletivo, da boa briga por direitos e, principalmente, da solidariedade.

A casa abandonada na Rua Luis Afonso causa saudade e melancolia: a lição é uma só – a luta continua!!!

Karen Bruck é socióloga da UFRGS, trabalha na Coordenadoria de Ações Afirmativas e foi presidente do GAPA/RS entre 1997 e 1999. A instituição completou 28 anos no último 3 de abril com a maioria de suas ações interrompidas devido à falta de condições de atendimento em sua sede.

Outros saberes adentram o currículo

Desde o início do Programa de Ações Afirmativas, em 2008, vêm ingressando na UFRGS alunos com perfis cada vez mais distintos. É visível para quem circula pelos diferentes câmpus a diversidade de fisionomias e olhares que se fazem presentes. No entanto, isso não se reflete de maneira equivalente em todos os âmbitos acadêmicos. Saberes tradicionais de matrizes étnico-raciais, às quais pertencem muitos desses estudantes, por exemplo, não costumam fazer parte do corpo de conhecimentos ensinados e validados pela Universidade. Diante de tal cenário, faz-se incontornável o tema da interculturalidade no ensino superior, no sentido de ser insuficiente apenas reconhecer a existência desses sujeitos e incluí-los. Está em questão também a revisão do histórico de hegemonia de um modo de produzir conhecimento em detrimento de outros.

Cotidianamente, esses alunos esbarram no desconhecimento e na falta de sensibilidade, por parte de professores e colegas, em relação a suas vivências e à realidade de onde provêm. A princípio, a expectativa é de que eles se moldem ao ambiente acadêmico existente. No entanto, algumas movimentações internas que almejam uma troca intercultural de fato já vêm desafiando a Universidade a também se moldar a esses novos perfis que agora circulam pelos câmpus.

Esse é o caso da disciplina Encontro de Saberes. Com oferta regular desde o segundo semestre de 2016, configura-se como oportunidade de os discentes terem contato com conhecimentos ancestrais diretamente pela voz de mestres de comunidades populares tradicionais, que se encontram ali presentes como sujeitos reais – e não na forma de objetos de estudo. As aulas que ministram são planejadas junto com docentes-anfitriões de várias unidades acadêmicas que os recebem na disciplina. A proposta é provocar o diálogo entre diferentes paradigmas civilizatórios por meio de atividades de ensino transdisciplinares inseridas no currículo.

No ano passado, oito docentes de áreas como Música, Agronomia, Antropologia, Educação, Letras, Museologia e Economia receberam os Mestres Jorge Domingos, Iracema Rah-Teg Nascimento, Maria Elaine Rodrigues Espíndola e Maurício Messa de Oliveira, que puderam expor no âmbito do ensino algumas nuances e vivências de matrizes indígenas e afrodescendentes.

TEXTO FELIPE EWALD

FOTOS RAMON MOSER / FLÁVIO DUTRA



Completando o ciclo iniciado com as cotas

Antes de ingressar na licenciatura em História em 2016 – atualmente cursa o terceiro semestre –, Duan Barcelos via na Universidade um mundo totalmente antagônico ao seu. Morador da periferia de Porto Alegre, evadiu-se da escola para buscar trabalho e só conseguiu a certificação de conclusão do ensino secundário por meio da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Enquanto estava no colégio, nunca foi encorajado a considerar a realização de um curso superior, que dirá numa universidade pública federal, como uma opção para o futuro. Por incentivo da família, tomou a decisão de tentar a vaga na UFRGS e chegou a cursar o cursinho Resgate Popular.

“Este ano caiu a ficha de que faço parte do universo acadêmico”, surpreende-se. Com isso, tem a impressão de ser um sujeito híbrido: convive com as pessoas mais próximas de si na periferia; ao mesmo tempo, está na universidade. Duan observa que o equilíbrio entre esses dois universos se revela difícil e receia perder contato com o mundo de onde vem.

Esse quadro de instabilidades e fragilidades, no entanto, é apenas uma parte deste sujeito. Criar uma narrativa que o reduza a isso seria cair numa armadilha. José Antônio dos Santos, pesquisador e servidor integrante da equipe do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), alerta para o fato de que a imagem do negro na historiografia brasileira é constantemente marcada pela vitimização. Sem ignorar as injustiças e violências ocorridas, ele ressalta que há, por outro lado, inúmeros casos de protagonismo – que, ultimamente, têm sido mais destacados pelos historiadores.

Nessa linha têmue a ser percorrida, destaca-se também na trajetória de Duan uma atuação esclarecida: está ciente do lugar que ocupa e pontua a visibilidade do negro na História. Ele comenta que, em geral, a questão não é tratada em sala de aula. Então, ele faz apontamentos que os professores costumam acolher, ainda que alguns alunos torçam o nariz – como na aula sobre Egito em que ressaltou a necessidade de se desmistificar a imagem de Cleópatra como Elizabeth Taylor. Outra frente de protagonismo em que se faz presente sua vivência periférica diz respeito a sua atuação no sarau de literatura negra Sopapo Poético, registrada no livro *Pretextância* – título, aliás, colhido de um de seus poemas.

Encontros – Em que pese esse protagonismo, a diretora do DEDS e coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB), Rita de Cássia dos Santos Camisolão, adverte que a diversidade cultural que passou a se fazer presente no corpo de alunos a partir das cotas ainda é comumente ignorada na academia. Nesse quadro, tomam relevância iniciativas que promovam o diálogo intercultural e que tragam essa diversidade especialmente para o âmbito do ensino acadêmico.

Uma dessas iniciativas partiu de uma equipe de trabalho reunida no NEAB – a partir de sua fundação em 2014. Lá foi gestada a proposta de criação da disciplina de graduação Encontro de Saberes, seguindo iniciativa gestada na Universidade de Brasília em 2010 sob a orientação do antropólogo e professor José Jorge de Carvalho. Este entende que essa disciplina dá continuidade ao que foi o processo de implantação das cotas étnico-raciais na universidade. Para ele, não adianta só entrarem os alunos como um público de aprendizes trazendo seus saberes e gerando outros problemas de pesquisa, outras perguntas, enquanto a estrutura da universidade

de demora mais a se mexer. “A disciplina busca mudar, a partir do ponto de vista da instância do poder, o lugar do ensino, do professor, da autoridade do saber. Esse é o passo adiante; é um desafio maior”, comemora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, professora do Instituto de Letras que fez parte do grupo que criou a disciplina e hoje constitui a equipe de docentes-anfitriões.

Para Ana, o Encontro de Saberes desafia sob todos os aspectos: desde criar, botar em funcionamento, até querer fazer parte dela como aluno ou professor, tudo exige. “Há um grau de imprevisibilidade, acontecimentos circunstanciais, que é a riqueza, que fortalece a imagem do encontro”, regozija-se. Ela entende que a conjuntura favorável encontrada na Comissão de Graduação (Comgrad) da Música, no Instituto de Artes – onde a disciplina está lotada –, foi muito importante para a sua implementação. Segundo a docente, há uma disponibilidade da comissão para fazer funcionar, já que é algo complexo, pois chegam matrículas, virtualmente, de todos os cursos da Universidade.

A primeira edição, no segundo semestre de 2016, contou com os módulos: *Artes Aplicadas*, com o Mestre Jorge Domingos e as professoras Luciana Prass (Música) e Ana Lúcia Tettamanzy (Letras); *Plantas e Espírito*, com a Mestra Iracema Rã-Nga Nascimento e as professoras Marília Stein (Música) e Rumi Kubo (Economia); *Sociedades e Cosmovisões*, com a Mestra Maria Elaine Espíndola e os professores Carla Meinerz (Educação) e Eráclito Pereira (Museologia); e *Alimento e Rito*, com o Mestre Maurício Messa de Oliveira e os professores Ingrid de Barros (Agronomia) e José Catafesto (Antropologia).

Armadilhas – A relação intercultural pressuposta na disciplina impõe desafios enormes. Sergio Baptista da Silva, professor do Departamento de Antropologia e membro do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), adverte para o risco de se pensar que ela esteja relacionada simplesmente a uma troca de sabedorias. “É uma armadilha pensar que se possa colocar todo mundo numa mesma mesa e extinguir o discurso hegemônico; muitas vezes, mesmo políticas públicas acabam investindo nesse rumo, assimilando determinados tipos de minorias e colocando uma chancela estatal”, pondera.

A interculturalidade, de fato, não é uma mera tolerância à diferença. Ela passa por uma reflexão sobre as hierarquias entre saberes, que tendem a permanecer quando essas outras perspectivas são trazidas para dentro da universidade. “O processo de conhecimento ocidental muitas vezes não tem nada a ver com as lógicas das outras formas de conhecimento e aprendizagem”, aponta o docente. Tal constatação nos leva a uma armadilha mais sutil, que diz respeito ao próprio nome utilizado: “No Ocidente, pensamos a diferença a partir das culturas, mas outras cosmologias, como as de grupos indígenas, pensam a natureza como a ordem da diferença – então existiriam múltiplas naturezas, e não culturas. Ou seja, o termo interculturalidade traz pressupostos eurocentrados. Temos que estar atentos a isso. Seria possível falar de interculturalidade ou diálogo epistêmico. De qualquer forma, a simples presença da alteridade indígena, por exemplo, na universidade, não significa a realização de uma interculturalidade, porque as hierarquias e conflitos permanecem”, pontua.

Sergio indaga: “Que sujeitos são esses que a universidade está incluindo? São sujeitos individuais ou coletivos?”. Para ele, trata-se de outras ordens que a gente, como sociedade

FOTO: FLÁVIO DUTRA/JU



FOTO: ACERVO DA DISCIPLINA ENCONTRO DE SABERES



Saberes indígenas se inserem no currículo de estudantes de graduação pela mão de mestres como Iracema Rã-Nga Nascimento (fotos acima). Em saída de campo a sua casa, no segundo semestre de 2016, os alunos puderam conhecer as plantas utilizadas pela comunidade kaingang

competitiva e individualista, tem enorme dificuldade de compreender. Magali Mendes de Menezes, professora da Faculdade de Educação e integrante do projeto Saberes Indígenas na Escola, reconhece que, para realizar esse diálogo, é crucial a disposição para olhar e sentir o outro e saber que há algo a ensinar e algo a aprender; é preciso predispor-se para desenvolver uma escuta sensível.

Reaprender a sentir e a escutar na academia

Duan conta que sua avó era benzedeira e transmitiu a ele seus conhecimentos por meio da oralidade. Ele diz que valoriza esse momento de escuta, que desejaria para si também. É isso que está em jogo no trajeto retórico que percorremos até aqui, de seu ingresso na Universidade ao advento do Encontro de Saberes, disciplina para a qual tentou vaga, mas ainda não foi contemplado. Neste semestre, o estudante foi um dos mais de 200 candidatos com solicitação de matrícula extracurricular.

Essa corrente de ancestralidade que faz parte de sua vivência esteve contemplada no âmbito do ensino pelos conhecimentos compartilhados por Mestra Elaine no terceiro módulo da disciplina no ano passado. Observando suas aulas, impressiona o profundo impacto que sua fala tem em muitos alunos, dando uma dimensão viva do que significa na prática a ancestralidade. Esse arrebatamento se reforçou na saída de campo para conhecer o Percurso do Negro em Porto Alegre, oportunidade em que alguns estudantes redescobriram a cidade e a si mesmos.

Amanda Rocha, aluna do 7.º semestre da Licenciatura em História, revela que a disciplina teve repercussões imensas em sua vida. “Mudou a minha relação com o mundo, com a cidade, com a natureza e as pessoas. Hoje me sinto muito mais ligada à natureza e à ancestralidade.”

A mestra avalia positivamente a interação com os alunos. “Eles se comovem e vêm contar que lembraram do que a avó dizia e refletem que nunca pensaram que seria tão importante. Esse é o contato de mudança em relação ao preconceito. Minha presença aqui também vai nesse sentido. A Universidade, de dentro pra fora, também está abrindo seu espaço, então não se pode perder esse grupo que está aí fazendo isso acontecer”, arremata.

Representatividade – Elaine foi a primeira mulher de sua família a fazer um curso secundário; tornou-se professora. “E depois ainda vim parar na Universidade. É uma conquista estar aqui”, admira-se. E continua: “Estou empoderada da minha vivência, o que me faz ter uma convicção do que estou falando, porque eu caminhei esse pedaço e guardo uma memória. Sou guardiã de um legado que recebi da minha avó, que era benzedeira, e da minha mãe, a Marizinha, que foi conselheira da escola de samba Praiana.”

Eráclito Pereira, docente-anfitrião da mestra, revela que Elaine tem trajetória muito grande como professora de braille. É griô reconhecida pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ou seja, é uma mestra popular de cultura afro-brasileira que preserva e transmite sua ancestralidade e seus saberes tradicionais por meio da oralidade. Ela atua em diversos conselhos de representatividade popular por moradia, de direitos quilombolas, de saúde da população negra, de mulheres e de cultura. Defende o Mocambo – associação comunitária que ajudou a criar – como espaço de resistência e de preservação da memória negra em Porto Alegre como patrimônio imaterial.

Elaine se surpreende de ter ministrado as aulas: “Como é que chegaram a mim, porque não sou só eu, tem outros também?”. Ao mesmo tempo, Eráclito contempla nela uma alegria por estar na UFRGS: “E nós ficamos contentes de recebê-la, porque nessa troca de saberes não somos nós que a escolhemos, é ela quem nos escolhe. A relação se dá num processo constante de ouvir e sentir e se deixar transformar. Na verdade, é uma troca de múltiplos saberes. Não é um espaço em que a mestra saiba mais do que nós; é um aprendizado coletivo”.

Além das trocas, Elaine vê mais um aspecto relevante no Encontro. E formula de maneira um tanto enigmática: “Que bom que está aqui uma grande maioria, mas que pena que outros que também tinham que ver que chegamos lá, que tem uma mulher negra dizendo de sua experiência, não estão”. Ela explica que a participação para os mestres não é currículo, mas os alunos que estão presentes precisam do certificado. “Depois, em sua atuação profissional, eles entendem a importância que foi terem nos ouvido. Se não conseguiram ouvir dos seus, ouviram de nós”, arremata. Nesse ponto, aproxima-se da Mestra

Iracema, que ministrou o segundo módulo. Esta alude também à trajetória futura dos estudantes, conjecturando sua atuação no campo do poder político ou mesmo econômico e reconhecendo a importância das possíveis repercussões para as comunidades tradicionais no fato de que tenham escutado os mestres e experienciado um pouco de suas vivências.

Espiritualidade – Mestra Iracema é representante do povo indígena kaingang. Em suas aulas, nas quais também esteve presente seu marido, Mestre João, foram confeccionados chocalhos, exploraram-se diferentes usos para plantas nativas observadas no território em que habita, e os alunos tiveram a oportunidade de conhecer seu modo de vida e conviver com sua família.

Rumi Kubo, docente-anfitriã da mestra, afirma que não é à toa que é Iracema a pessoa a ser recebida. “Ela já vem de uma caminhada de aproximação com a Universidade, tem um histórico que começa, no caso de meu contato com ela, na década de 1990, quando sua família foi morar no Morro Santana, onde é área da UFRGS. Ali começou a haver tensões: numa área protegida da cidade, havia indígenas retirando cipó. A gente acompanhou e tentou apoiar a luta pela legitimidade de ela estar lá colhendo o cipó não somente para a sobrevivência dos seus, mas, sobretudo, para a transmissão de um modo de vida”, rememora.

Além da participação no Encontro, a proximidade de Iracema com a Universidade também se renova com a participação, desde 2013, no Projeto Saberes Indígenas na Escola, coordenado na UFRGS pela professora Maria Aparecida Bergamaschi. Na iniciativa, a mestra kaingang é formadora e pesquisadora atuante.

Carga afetiva – Rumi relata que as aulas foram planejadas a partir do diálogo com Iracema. Muito, porém, foi também se consolidando à medida que as coisas iam acontecendo. “As primeiras aulas foram de muita angústia, porque a gente não sabia exatamente o que ia acontecer. Foi essencial estar em campo. A sala de aula é um espaço primordial para a universidade, mas o fato de estar em outro local dava outra forma para as aulas dela”, admira-se.

Ana Tettamanzy observa que surpreende muito também a carga afetiva envolvida: “Quando fomos à casa de Iracema e João, no Morro Santana, eles nos deram uma abertura enorme. Além disso, foi impactante a fala do Mestre João: ‘Por que o homem branco não consegue conciliar o progresso e a natureza? A mata tem tudo, e nós aprendemos essa lição faz tanto tempo!’. Eu via os alunos pensativos. Isso tem uma potência que tenho até dificuldade de avaliar”.

Por outro lado, reflete a docente, é claro que houve também estudantes que não aguentaram, que se assustaram, que se questionaram se aquilo era uma aula mesmo. “Essa é uma boa questão também”, pondera. Houve, ainda, o estranhamento surgido por parte de alguns que não chegavam a compreender de forma literal o que a Mestra Iracema dizia, mas que podiam sentir algo diferente nos ritos com que ela os envolvia.

Francisca Dilger, que cursava o 6.º semestre em Psicologia quando foi aluna da disciplina, compara o Encontro de Saberes com o restante de sua experiência acadêmica e constata que o que os mestres puderam trazer foi a possibilidade de se buscar uma sabedoria que não está apenas no papel, mas em muitos outros lugares: “dentro de nós, na natureza, na terra, na água, nas outras pessoas que estão conosco”. Ela conclui: “Abriu um pouco os nossos horizontes tão acostumados que estamos a ler, escrever e falar sobre experiências, porém não a senti-las”.

Maria Elaine Espíndola (fotos abaixo) traz ao ambiente acadêmico seus conhecimentos ancestrais relacionados a sociedades e cosmovisões



FOTO: AGENCIA DA DISCIPLINA ENCONTRO DE SABERES



FOTO: FLAVIO DUARTE/UFPA



O Projeto Conversações Afirmativas trouxe à Universidade uma roda de samba com nomes consagrados do gênero em Porto Alegre. Da esquerda para a direita, estão Delma Gonçalves, Mamau de Castro, Renato Borba, Queixinho, Wilson Ney e Evaldo

A dimensão do afeto

Ao avaliar a realização do Encontro de Saberes, a professora do Instituto de Letras Ana Tettamanzy aponta que a dificuldade está nos deslocamentos em relação às práticas acadêmicas rotineiras. Ela notou que, para alguns estudantes, foi só na saída à aldeia Mbyá-guarani, no último módulo da disciplina, que algumas coisas se revelaram. “A autenticidade que vinha da força da fala do Mestre Maurício, a relação dele com as plantas. Ali eu senti que houve um momento quase epifânico para muitos alunos, quando já era o final do semestre. Para eles e para o mestre, foi muito forte terem plantado juntos mudas na aldeia. A conexão se deu pelas plantas. Essa, para mim, foi uma das aprendizagens mais significativas”.

O professor do curso de Museologia Eráclito Pereira, por sua vez, comenta que viu no grupo de alunos uma postura muito crítica e curiosa. Em função disso, atenta para a necessidade de se ter cuidado: “A proposta não é o exótico, mas sim a percepção da diferença que às vezes está do nosso lado e a gente não nota”. Nesse sentido, o grau de imprevisibilidade que constitui a riqueza da disciplina, também pode ser sua ruína.

Isso remete ao indispensável compromisso com a ética, em busca da preservação dos mestres. “Temos um universo fantástico e,

ao mesmo tempo, delicado, já que tratamos com uma ancestralidade sobre a qual nós não temos legitimidade para falar. Me questiono sempre: quem tem legitimidade para falar em nome de determinada expressão? Tem que se ter uma sutileza ao abordar essas situações. Entretanto, por mais duras que sejam, estas precisam ser tensionadas para que se tenha a ampliação da visão crítica. É preciso um cuidado muito grande no sentido do exercício ético para que não haja um ferimento da cidadania desses mestres”, resume Eráclito.

Num ambiente em que, ainda em 2016, um estudante indígena sofreu uma grave agressão, a ponto de não se sentir em condições de retornar à Universidade, a vigilância em relação à proteção da integridade física e moral dos mestres é uma realidade. Por outro lado, o Encontro de Saberes constitui-se também em uma forma de abordar a própria questão da intolerância, na medida em que colabora para a compreensão sobre distintos percursos e vivências dos sujeitos.

Isso se reafirma na proposta da disciplina de trabalhar com a dimensão do afeto. “Quando a Mestra Iracema diz: ‘Eu confio em vocês, eu confiei para deixar os kaingang aqui, eu confio nos professores. Confiam em nós

também. Nos acolham, nos escutem, conversem com a gente, vejam que a gente existe, estejam também do nosso lado nas audiências’; quando ela diz que acredita que as pessoas que estão na disciplina vão sair diferentes e vão enxergar melhor os filhos dela que estão na Universidade, é essa a potência”, conclui Ana.

Conversações – Outro movimento catalisador dos afetos e da promoção da escuta de distintos saberes dentro da UFRGS – especialmente aqueles que passaram a ingressar na graduação com a reserva de vagas – é o Projeto Conversações Afirmativas, promovido desde 2010 pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS).

No encontro *Sambistas do Sul – mas aqui tem samba?*, compareceram sambistas gaúchos para cantar e contar suas histórias sobre o estilo musical. O evento aconteceu ao ar livre, sob as árvores do jardim atrás do prédio da Rádio da Universidade. Rita Camisolão, diretora do DEDS, lembra que, em vez de um estorvo, a roda de conversa e música se constitui em uma ocupação de espaço numa perspectiva plural. “Quando a gente tem ações institucionais, como o Conversações Afirmativas, a promoção desses espaços já não é mais de coletivos

apenas, mas da própria instituição, que abre suas portas. Penso que precisamos cada vez mais disso, com ações que venham em frentes distintas. A Universidade precisa enfrentar os desafios que o público está apontando. Há muita gente, entre servidores e alunos, percebendo essas necessidades e eles estão dispostos a responder a elas. Então, a gente precisa, enquanto instituição, encontrar os caminhos. Neste momento, ainda não há uma definição clara sobre isso”, conclui.

Catarse – A edição *Desafios da Permanência na Universidade* foi a de maior carga emocional. Alunos de pré-vestibulares populares, estudantes de graduação e de pós-graduação compartilharam seus percursos e percepções.

Também identificaram resistências e preconceitos enfrentados por parte de colegas e do sistema universitário.

Mais intensos nessa edição, momentos de catarse são comuns nos encontros. “Em todos os espaços em que se pautem as políticas de ações afirmativas e que, em alguma medida, se abram oportunidades para as pessoas fazerem avaliações, isso tem acontecido. Os eventos se transformam em espaços de acolhimento. Se são ponderações que servem para a instituição se avaliar e se adequar, eu acho apropriado; mas às vezes aparecem ocorrências graves. A gente procura se antecipar e promover um espaço que não permita exposições tão intensas que a gente não saiba como conduzir”, avalia Rita.

ENCONTRO DE SABERES

A inscrição na disciplina Encontro de Saberes (ART03946), vinculada ao curso de Música, deve ser feita durante o período de matrícula. Ela é eletiva para os cursos de Artes Dramáticas, Matemática (Licenciatura Diurna e Noturna), Museologia e Música. Alunos de outros cursos devem solicitar matrícula extracurricular. A carga semanal é de 4h/aula.

CONVERSACIONES AFIRMATIVAS

A ação de extensão promove a discussão sobre memória e patrimônio de negros, indígenas e comunidades de periferia. Os encontros são gratuitos e têm duração de três horas. Para servidores da UFRGS, o evento conta como ação de capacitação. Mais informações pelo e-mail deds@prorext.ufrgs.br ou pela página no Facebook: DEDS – UFRGS.